

VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

Relatório e Contas 2024

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	36
Demonstração de resultados	38
Demonstração do Rendimento Integral	39
Demonstração de Fluxos de Caixa	40
Demonstração das alterações nos Capitais Próprios	41
Notas às Demonstrações Financeiras	42
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	145
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	150
Anexos	
Participação nos Resultados - Ramo Vida	153
Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida	156

Relatório e contas aprovado em AG a 08 de abril de 2025.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto
Ribeiro

Secretário

Marcos Manuel Guimarães de
Sousa Guedes

Conselho Fiscal

Presidente

João de Lara Everard

Vogais

Célia Custódio
Eduardo Rêgo

Vogal Suplente

Patricia Caldinha

Conselho de Administração

Presidente

Jacques Chanut

Vogais

Francisco Campilho
Carlos Suárez
Hervé Leblanc
Pierre Esparbes
Philippe Desurmont

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A. (SROC nº 43)
(representada por Paulo Alexandre Rosa
Pereira Antunes (ROC nº 1610))

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Presidente

Francisco Campilho

Vogal

Carlos Suárez

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento *

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Carla Martins
Dep. de Novos Canais

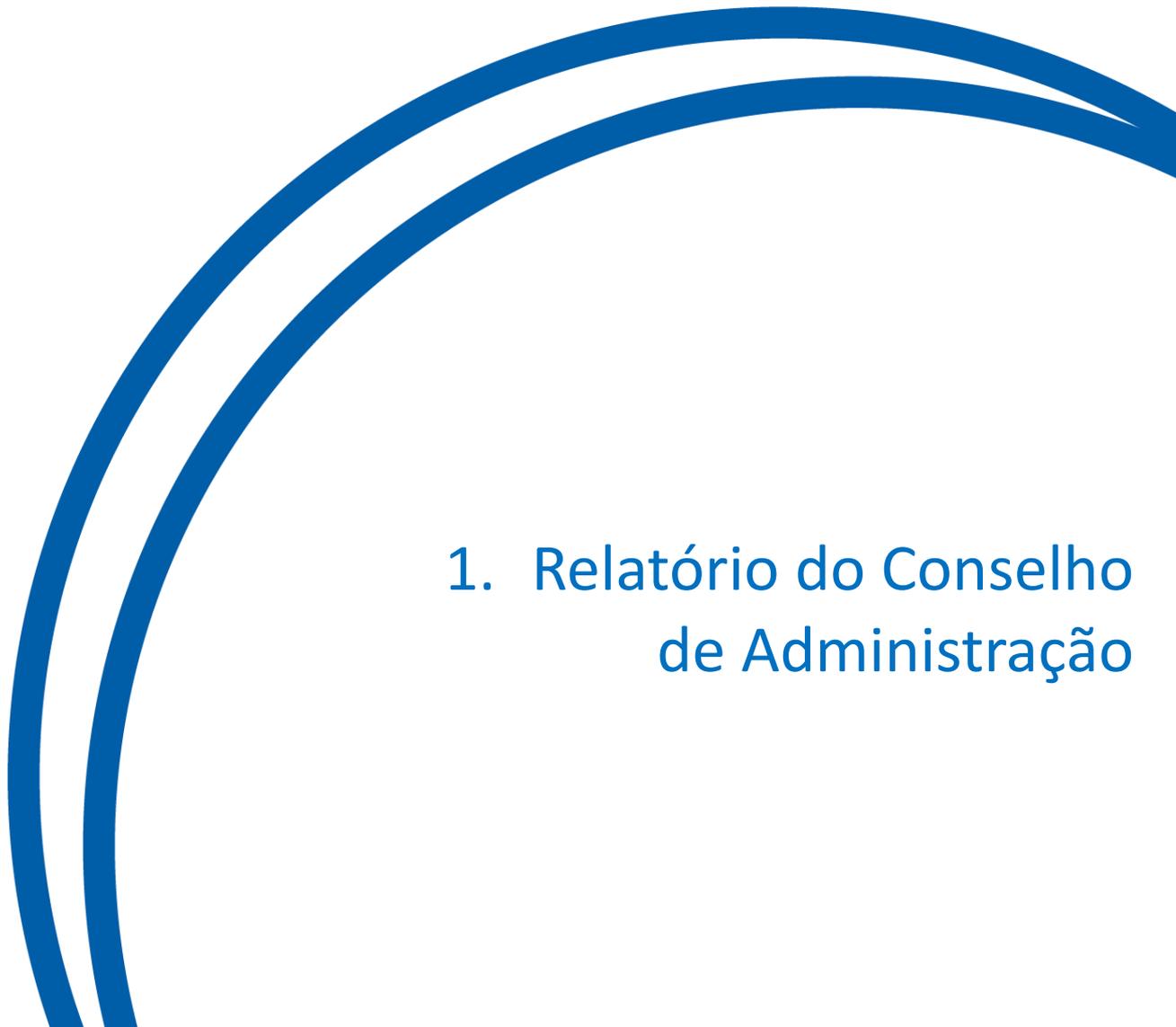
Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos e Serviços

Miguel Roque
Dep. Técnico

Paulo Sales Gomes
Dep. Transformação e Sustentabilidade

*** Estrutura em vigor em junho 2025.**



1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as

Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2024.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

Para além da escalada dos conflitos militares na Ucrânia e no Médio Oriente, o ano de 2024 ficará marcado pela vitória de Donald Trump nas eleições para a presidência dos Estados Unidos da América e pelo regresso da instabilidade política na Europa, em particular em França e na Alemanha. O aumento generalizado dos riscos políticos, geopolíticos e climáticos tem inúmeros impactos nas economias, contribuindo para a fragmentação da economia global e um aumento acentuado no nível de incerteza. Contudo, a economia global demonstrou uma resiliência notável, apresentando uma situação macroeconómica relativamente "normal": um crescimento económico global moderado e uma redução acentuada na inflação. Esta conjuntura permitiu que os principais bancos centrais iniciassem o processo de flexibilização monetária após dois anos de políticas monetárias restritivas.

No ano de 2024, o contexto económico evidenciou características notavelmente positivas, ao associar um crescimento económico moderado a uma inflação próxima do valor de referência de 2%. De

facto, o Produto Interno Bruto (PIB) da economia global registou um aumento de 3,2%, face aos 3,3% observados em 2023, embora este desempenho dissimule disparidades regionais.

Tal como no ano anterior, o dinamismo da economia dos EUA surpreendeu pela positiva, com a previsão de um crescimento económico próximo dos 2,8%, muito acima do seu potencial, estimado em 2%, e em conformidade com o crescimento de 2,9% registado em 2023.

Tal como em 2023, a economia europeia manifestou-se, mais uma vez, bastante débil, embora tenha regressado a taxas de crescimento positivas (0,8% em 2024) após um crescimento praticamente nulo de 0,4% em 2023. Esta fragilidade não se verificou de forma generalizada em todo o espaço europeu, uma vez que alguns países beneficiaram do dinamismo do setor do turismo (por exemplo, Espanha com cerca de 3%), enquanto alguns países industriais registaram crescimentos negativos (Alemanha: -0,2%). A procura interna continuou inerte, com o consumo restrito devido a um elevado nível de poupança e uma regressão no investimento imobiliário

e na atividade produtiva. Em Portugal, o crescimento económico abrandou de 2,5% para 1,7% em 2024, ainda assim superando a média do crescimento europeu.

A economia chinesa evidenciou um crescimento do PIB ligeiramente inferior a 5% (4,8% em 2024 face a 5,2% em 2023), demonstrando sinais significativos de fragilidade. Persiste uma dicotomia entre uma procura interna débil e um setor exportador dinâmico, o que motivou as autoridades chinesas a implementarem um plano de estímulo económico. O ajustamento do setor imobiliário continuou, com a construção de novas habitações a registar uma queda superior a 20%, e as famílias chinesas mantiveram-se prudentes, com uma elevada taxa de poupança. Em contrapartida, as exportações registaram um crescimento substancial, refletindo a competitividade acentuada dos preços dos bens chineses. Esta situação motivou a introdução de novos direitos aduaneiros por parte de alguns países, com o intuito de reforçar as suas políticas protecionistas.

A tendência desinflationista que se iniciou em 2023 manteve-se em 2024, com as taxas de inflação a regressarem a valores próximos dos objetivos definidos pelos bancos centrais (2%). Nos EUA, a inflação encerrou o ano nos 2,9%, enquanto na área euro recuou para 2,3%, face aos 4,1% e 5,4% registados em 2023 respetivamente. É de assinalar que, apesar de as taxas de inflação terem regressado a níveis considerados

controlados, continuam a existir focos de pressão importantes nos Estados Unidos da América, onde a procura interna é mais dinâmica. Um fator positivo para a redução do nível de preços foi a moderação nos preços das matérias-primas. A evolução do preço do crude é notável, tendo descido em 2024 para 74,1 dólares por barril Brent (variação de -4,5%). Globalmente, a inflação diminuiu de 4,4% para 3,1%, sendo que em Portugal a descida foi de 5,3% para 2,6%.

Em conformidade com a diminuição da inflação, a maioria dos principais bancos centrais — Reserva Federal dos EUA, Banco Central Europeu (BCE), Banco Nacional Suíço, Banco de Inglaterra, entre outros, iniciaram o processo de flexibilização monetária: a Reserva Federal e o BCE reduziram as suas taxas diretas em 100 p.b. e 135 p.b., respetivamente, para 4,5% e 3,15%. Neste contexto de flexibilização monetária quase universal, o Banco do Japão foi a exceção, ao abandonar a política de taxas de juro negativas (implementada há mais de 10 anos) e ao elevar a taxa de referência para 0,3%.

Em geral, os governos adotaram políticas orçamentais relativamente flexíveis em 2024, visando fomentar o dinamismo económico. No entanto, em algumas economias, a sustentabilidade das finanças públicas emerge como uma preocupação premente, nomeadamente em França e nos EUA, onde os défices atingiram os 6,1% e 6,4%, respetivamente. Em Portugal, o bom

desempenho económico permitiu que as contas públicas apresentassem mais um

ano de superavit (0,6% vs 1,2% no ano anterior).

MERCADOS FINANCEIROS

Em 2024, o desempenho dos ativos financeiros foi, de um modo geral, positivo. Não obstante, durante o período estival, os mercados registaram um período de grande volatilidade, decorrente da decisão inesperada do Banco do Japão em normalizar a sua política monetária. Apesar deste episódio traduzir um certo grau de nervosismo nos investidores, foi seguido de uma forte recuperação nas semanas seguintes. A vitória de Trump e as expectativas dos investidores relativamente às medidas anunciadas de desregulação e redução de impostos geraram uma onda de otimismo, contribuindo para a subida dos índices bolsistas e ativos digitais, como a Bitcoin. O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 17% em dólares. O S&P 500 destacou-se de forma positiva, superando o seu homólogo europeu com um ganho de 23,3% em 2024, face aos 6,6% de valorização registados pelo Eurostoxx. O mercado nacional encerrou o ano com um desempenho dececionante de -0,3%. O índice MSCI Mercados Emergentes registou um crescimento de 7,5%, beneficiando do desempenho favorável do mercado chinês, com uma subida de 14,7% no índice CSI300.

Em 2024, as taxas de juro demonstraram um comportamento de normalização, caracterizado por uma subida moderada para os prazos mais longos e uma descida para os prazos mais curtos. O rendimento a 10 anos da Dívida Alemã aumentou 34 p.b. para 2,36%, enquanto o rendimento da Dívida Nacional subiu 22 p.b. para 2,84%. Ao analisar as variações para maturidades inferiores, é importante salientar que, para a Dívida Alemã e para a maturidade de um ano, as taxas diminuíram 93 p.b. para 2,22%, o que indica uma subida de 127 p.b. na inclinação da curva de rendimentos (diferença entre a maturidade de 10 anos e a maturidade de um ano). O índice Bloomberg de Obrigações Soberana Euro registou um aumento de 2,0%, enquanto o índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro apresentou um crescimento de 4,6%. O preço do ouro encerrou o ano em 2.624 USD, representando uma valorização de 27,0% em comparação com o ano de 2023. O desempenho favorável da economia norte-americana também exerceu pressão sobre a cotação do euro, que registou uma desvalorização de 6,5% face ao dólar, encerrando a cotar nos 1,0349 dólares/euro.

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2024, o mercado segurador registou um volume de negócios de 14,3 mil milhões (11,8 mil milhões de euros em 2023), demonstrando um crescimento de 21,2% refletindo uma quebra na tendência de declínio dos dois últimos anos (-2,0% e -9,7%). O Ramo Vida recuperou o nível da sua quota para 48,6% (43,7%), mantendo os Ramos Não Vida o comportamento positivo e consistente dos últimos anos.

Com um volume de prémios de 6,9 mil milhões de euros, o Ramo Vida registou um crescimento de 34,9% em relação a 2023, mantendo, contudo, uma queda de 9,9% face aos valores de 2021. Por outro lado, é pertinente analisar a composição deste ramo de atividade. Os seguros não ligados, com um valor de 5,0 mil milhões de euros, registaram um crescimento de 34,1% em relação a 2023, passando a representar 71,9% (39% em 2021). No final do ano passado os seguros ligados registaram um crescimento de 37,1%, recuperando assim da quebra de 53,9% de 2023. A recuperação do nível de competitividade destes produtos esteve na origem deste movimento que acompanha o aumento da taxa de poupança das famílias.

Os Ramos Não Vida registaram um volume global de prémios de 7,4 mil milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 10,5%. A trajetória destes ramos tem sido positiva e consistente ao longo dos últimos anos, somando um impressionante total de 30,9% desde 2021. Tal como em 2023, os Ramos que apresentaram um desempenho negativo foram o de Mercadorias Transportadas (-5,0%) e o Marítimo e Transportes (-0,6%). Os Ramos que apresentaram um crescimento notável foram: Saúde (17,5%), Acidentes de Trabalho (9,7%) e Incêndio e Outros Danos (7,9%). O ramo automóvel registou um crescimento de 9,9%, mantendo a sua posição de liderança e representando 32,1% do total dos Ramos Não Vida. Por outro lado, o setor da saúde reforçou a sua posição como o segundo maior ramo não vida, ultrapassando os 1,5 mil milhões de euros em prémios, enquanto o ramo de incêndios e outros danos consolidou a sua terceira posição e o ramo dos acidentes de trabalho manteve a quarta posição no ranking.

Neste primeiro balanço no início de 2025, verificamos uma retomada da vitalidade do setor em todos os seus ramos. Mantêm-se as tendências observadas nos últimos anos nos Ramos Não Vida, nomeadamente a consolidação do Ramo Saúde, bem como a

relevância dos Ramos Patrimoniais e de Acidentes. Outro ponto de interesse é o facto de, apesar do aumento da concentração no mercado, o número de empresas de seguros a operar no nosso país ter aumentado em 2024, passando de 63 para 66 operadores, com mais duas sociedades anónimas e uma sucursal Não Vida.

Confirmam-se algumas tendências de curto prazo, mais conjunturais, e outras de médio prazo, que se têm vindo a delinear ao longo dos últimos anos, como o crescimento do ramo saúde, e que, de certa forma, estão a moldar o futuro da atividade seguradora.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar da atividade seguradora, o ano de 2024 ficou marcado pela publicação e entrada em vigor de uma série de mudanças regulatórias significativas em diversas áreas, incluindo a proteção do consumidor, a governação das empresas de seguros, a segurança digital e a sustentabilidade, além da adaptação às normas internacionais, como o IFRS 17 e os regulamentos da União Europeia.

Uma das principais alterações foi a publicação da Norma Regulamentar n.º 12/2024-R, que vem reforçar o direito ao esquecimento e proibiu práticas discriminatórias, especialmente no acesso ao crédito e contratos de seguros. A norma, a implementar em etapas ao longo do ano, exige que as seguradoras ajustem os seus processos e sistemas para garantir que a

história clínica não seja usada de forma discriminatória no acesso a seguros.

Por outro lado, o Regulamento (UE) 2022/2554, conhecido como "DORA", que entra em vigor em janeiro de 2025, trouxe novas exigências para garantir a resiliência operacional digital do setor financeiro. Este regulamento obriga as empresas de seguros a implementarem sistemas robustos de segurança cibernética bem como planos de continuidade de negócio para proteger os dados dos clientes e garantir a continuidade das operações em caso de incidentes.

Outro regulamento importante foi o Regulamento (UE) 2024/1689, que estabeleceu a criação de regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (IA), conhecido como o IA Act. Embora o regulamento só entre em vigor em 2026, as empresas de seguros terão de adaptar os requisitos relacionados com a utilização da IA para análise de riscos, gestão de sinistros e personalização de ofertas, garantindo que os algoritmos utilizados sejam transparentes, justos e isentos de arbitrariedade, cumprindo as exigências regulatórias que visam garantir a segurança e a ética no uso da IA.

O combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo manteve-se na agenda da atividade seguradora em 2024, com novas regulamentações, como a Norma Regulamentar n.º 10/2024-R, que entrou em vigor no final do ano e pede às empresas que reforcem os processos para

garantir que a conformidade com as exigências legais.

No campo da sustentabilidade, a Circular n.º 6/2023 e o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 exigiram que as seguradoras integrassem fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) nas suas políticas de investimento e no seu reporte.

Outra regulamentação relevante para a atividade foi a Circular n.º 3/2023, alterada pela Circular n.º 1/2024, que apresenta recomendações sobre a informação que as seguradoras devem prestar aos tomadores de seguros relativamente às alterações dos prémios de seguro. Com um período de transição até 31 de dezembro de 2024, foi necessário rever os processos de comunicação, especialmente no que se refere à transparência e clareza na justificação das alterações.

Durante o ano de 2024, a questão dos Protection Gaps (PG) da economia portuguesa, nomeadamente em termos de risco sísmico, e a falta de proteção de seguros para catástrofes naturais, foram temas que ganharam uma nova visibilidade. Em 2021, a Estratégia Nacional para a Proteção Civil Preventiva 2030 estabeleceu a criação de um Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos baseado em soluções de seguros para a cobertura destes riscos como um dos seus objetivos estratégicos. Em junho de 2023, uma resolução da

Assembleia da República recomendou ao Governo a criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos, sendo a cobertura do risco sísmico o primeiro pilar de um sistema que poderá vir a abranger outras catástrofes naturais. Já neste ano, a ASF publicou um relatório que analisou a cobertura de seguros no país em relação ao risco sísmico, revelando que, embora 55% das habitações em Portugal tenham algum tipo de seguro de incêndio ou multiriscos, apenas 19% estão cobertas contra fenómenos sísmicos. Este dado expõe uma taxa de cobertura de 81% para o risco sísmico, salientando a urgência de uma intervenção eficaz. A proposta da ASF foi entregue ao Governo no final do ano, estando-se a aguardar desenvolvimentos já em 2025.

Finalmente, o impacto do IFRS 17, que entrou em vigor em 2023, manteve-se em 2024, com as empresas de seguros a necessitar adaptar os processos de reporte financeiro.

O ano de 2024 foi um ano de grandes desafios e adaptações para o setor segurador, com a implementação de diversas normas que exigiram mudanças tanto na forma como as empresas de seguros operam internamente quanto na relação com os seus clientes, parceiros, investidores e reguladores.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal, e desde 2016 em Espanha em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no decurso do ano de 2024 manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos.

No tocante à distribuição do negócio, o canal dos agentes continuou a sua adaptação ao modelo de acompanhamento comercial e representou quase metade dos valores totais da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., ao passo que o canal dos corretores, inscrito num modelo comercial clássico, apresentou algo mais dum terço da produção. Pela sua vez, os novos canais, pese embora a perda da parceria de distribuição com o banco EuroBic, conseguiram apresentar crescimento e o canal exclusivo de pessoais manteve o foco no desenvolvimento de consultores especialistas na mitigação dos riscos derivados da perda de rendimentos. Ainda em relação ao negócio, foi possível

implementar ferramentas de venda cruzada, recrutamento e acompanhamento da ação comercial.

Em termos de recursos humanos, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve o modelo de trabalho híbrido, implementou com sucesso a nova política de estágios e prosseguiu com a iniciativa de gestão do potencial individual. Relativamente à formação, executou um conjunto alargado de ações, visando mantê-la como eixo de desenvolvimento estratégico, quer em matérias obrigatórias, como a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo ou a gestão de dados pessoais, quer em matérias técnicas ou comerciais. Ainda no campo de ação das pessoas, durante o ano de 2024, a Empresa dedicou uma particular atenção ao projeto “Casa Nova!”, pois a mudança dos serviços centrais para a futura localização num edifício próprio na zona do Marquês de Pombal, o Camilo Castelo Branco-CCB 46, apresenta-se como uma oportunidade única para rever o modelo de organização de trabalho.

Transversalmente, a VICTORIA prosseguiu com os investimentos em prol duma maior eficácia operacional e agilidade coletiva, servindo como exemplos disso a melhoria na gestão dos sinistros automóvel e multiriscos habitação, a maior facilidade na

emissão de contratos, o tratamento departamental de dados centrais ou a robotização das operações de apoio ao negócio.

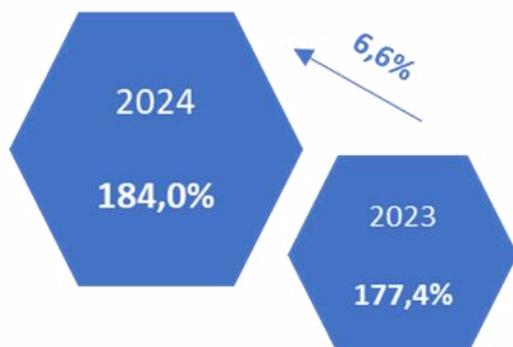
Numa vertente institucional, a Empresa densificou a sua proposta de plano estratégico para o triénio 2025-2027, alicerçando-o na experiência do cliente e o distribuidor, a dinamização comercial e o crescimento do negócio, o desenvolvimento e valorização do capital humano, a sustentabilidade como parte integrante da proposta de valor, a aceleração do caminho para a transição digital e a promoção da mudança e agilidade na organização.

Também no âmbito institucional, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., prestou uma particular atenção à segurança das estruturas e sistemas de informação e ao desenvolvimento de soluções inerentes às exigências legais e regulamentares. Finalmente, o ano de 2024 permitiu a entrada institucional no ecossistema de saúde e a manutenção das iniciativas nos restantes ecossistemas de especialidade, reforçando a colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, a Nova Medical School, distintas publicações da fileira C&I, Câmaras de Comércio e Embaixadas.

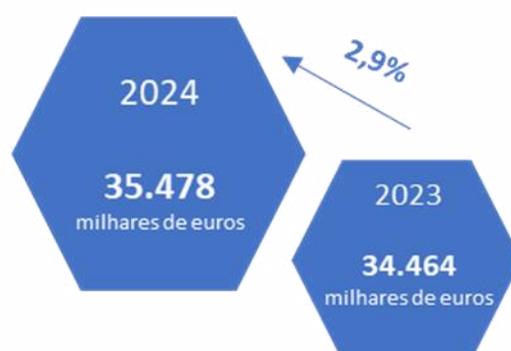
INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO



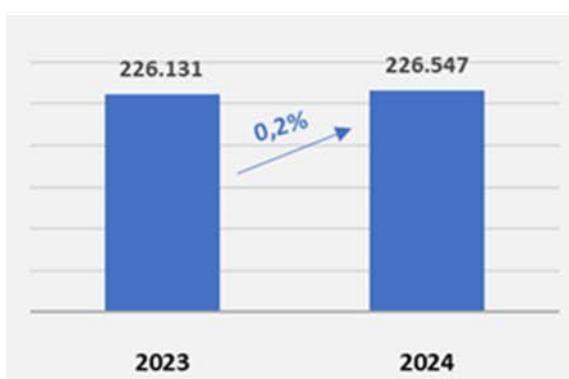
RÁCIO DE SOLVÊNCIA II



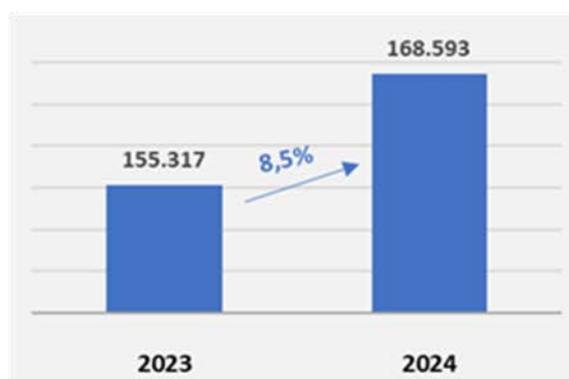
FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (RCS)



TOTAL ATIVOS



TOTAL CAPITAL PRÓPRIO



PRÉMIOS

O volume global de prémios brutos emitidos de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento (PBE), registou um crescimento de 2,5% face ao ano anterior, atingindo EUR 43.165.491 (2023:

EUR 42.096.792). Em 2024 a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. alcançou uma quota de mercado de 0,6%.

Analisando mais detalhadamente:

Prémios e entregas	2024	%	2023	%	Var. 24/23
VIDA	43 165 491	100,0%	42 096 792	100,0%	2,5%
Contratos de seguro	31 882 423	73,9%	31 221 838	74,2%	2,1%
Contratos de investimento	11 283 069	26,1%	10 874 954	25,8%	3,8%

Registou-se um aumento de 2,1% na receita proveniente de contratos de seguro (2024: EUR 31.882.423 vs. 2023: EUR 31.221.838)

e também um acréscimo de 3,8% nos contratos de investimento (2024: EUR 11.283.069 vs. 2023: EUR 10.874.954).

No que diz respeito à composição da carteira, a estrutura manteve-se comparativamente ao ano anterior, sendo os produtos financeiros os mais representativos com 51% (2023: 50%), seguidos dos seguros de Vida Risco, em que o peso diminuiu ligeiramente de 36% em 2023 para 35% em 2024. Os seguros Mistos e Rendos representaram 9% e 5%, respetivamente, em 2024 (2023: Mistos: 11% e Rendos: 4%). Mantendo a tendência de 2023, a receita de prémios com origem

em contratos de seguro de empresas apresentou um aumento de 7,3%, totalizando um volume total de prémios de EUR 19.461.068 (2023: EUR 18.132.817), dos quais EUR 42.077 correspondem a contratos em regime de livre prestação de serviços (2023: EUR 47.331). A receita obtida através de contratos de seguro celebrados com particulares sofreu um decréscimo de 5,1%, situando-se em EUR 12.421.355 (2023: EUR 13.089.021).

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Em 2024 verificou-se uma diminuição no valor total dos Custos por Natureza a

imputar de 4,0% (2024: EUR 12.217.965 vs. 2023: EUR 12.723.684).

Custos por natureza a imputar	2024	2023	Var. 24/23
Total	12 217 965	12 723 684	-4,0%
Custos com pessoal	4 568 526	4 483 097	1,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 312 755	3 566 988	-7,1%
Impostos e Taxas	64 460	64 946	-0,7%
Amortizações	1 490 273	1 380 105	8,0%
Juros e Comissões	395 416	392 614	0,7%
Remunerações de mediação	2 386 534	2 835 934	-15,8%

As rubricas que apresentaram um aumento dos valores comparativamente a 2023 foram os Custos com Pessoal, com uma variação de 1,9% (2024: EUR 4.568.526 vs. 2023: EUR 4.483.097), as Amortizações do exercício (Δ 8,0%), e os Juros e Comissões, com uma variação de 0,7%.

Em contraste, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma diminuição de 7,1% para um total de EUR 3.312.755 (2023:

EUR 3.566.988), após a subida de 13,4% registada em 2023. Esta inversão está associada aos custos incorridos em 2023 com o desenvolvimento e adaptação ao novo âmbito contabilístico determinado pelas normas IFRS17/9. Para além disso, este ano também foi marcado por uma alteração nos quadros da empresa resultante da contratação de colaboradores

em substituição dos serviços de outsourcing.

A rubrica de Remunerações de mediação registou igualmente um decréscimo de 15,8% (2024: EUR 2.386.534 vs. 2023: EUR 2.835.934). Para esta variação contribuiu significativamente a cessação em 2023 de uma parceria para a colocação de contratos

de seguro celebrada com o EuroBic (40% dos PBE).

De acordo com a informação apresentada, os Custos por Natureza a imputar representam um peso nos prémios estatutários de 28,3%, menos 1,9 pontos percentuais face ao rácio de 2023.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

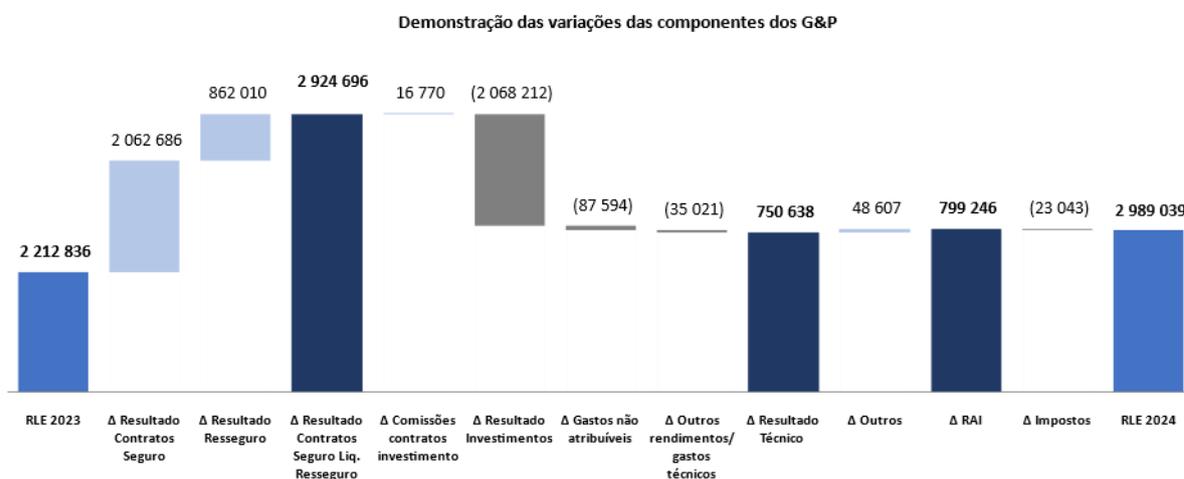
O resultado líquido do exercício em 2024 foi de EUR 2.989.039, representando uma melhoria comparativamente a 2023, ano

em que RLE registado ascendeu a EUR 2.212.836.

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Resultado contratos seguro	3 914 439	1 851 753	2 062 686
Resultado resseguro	(607 345)	(1 469 355)	862 010
Comissões contratos investimento	394 294	377 524	16 770
Resultado investimentos ⁽¹⁾	3 570 557	5 638 768	(2 068 212)
Gastos não atribuíveis	(3 549 129)	(3 461 535)	(87 594)
Outros rendimentos / gastos técnicos	170 202	205 223	(35 021)
Outros ⁽²⁾	79 754	31 147	48 607
Impostos	(983 733)	(960 690)	(23 043)
TOTAL RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2 989 039	2 212 836	776 203

(1) Inclui resultado da componente financeira dos contratos de seguro, rendimentos e gastos financeiros, ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e perdas de imparidade.

(2) Inclui outras provisões (variação) e outros rendimentos/gastos.



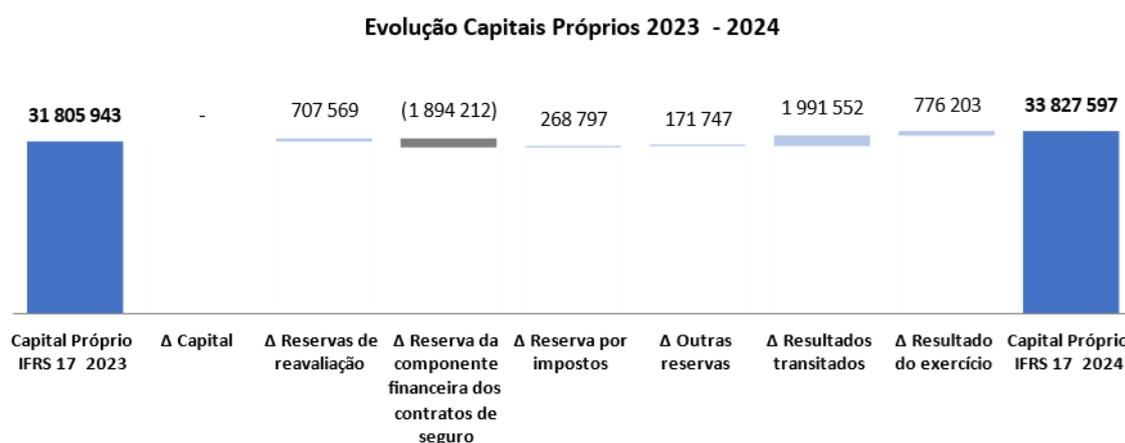
Com maior detalhe, podemos observar que a melhoria do resultado, provem do aumento do resultado de contratos de seguro e de resseguro (EUR 2.062.686 e 862.010 respetivamente). A evolução da sinistralidade explica maioritariamente este comportamento. Em sentido contrário, evoluiu o contributo do resultado de

investimentos (menos EUR 2.068.212). Relativamente a este último, de referir que, embora nos dois últimos anos se tenha registado um aumento do justo valor do Edifício VICTORIA, a variação registada em 2023 superou em EUR 1.074.187 face ao valor de 2024 (2024: EUR 1.246.800 vs 2023: EUR 2.320.187).

CAPITAIS PRÓPRIOS

No final do exercício de 2024, o capital próprio regista o valor de EUR 33.827.597, o que representa uma variação positiva face a

31 de dezembro do ano transato (2024: EUR 2.021.655 vs. 2023: EUR 31.805.943).



Nota: Informação em detalhe (valores absolutos) no quadro do próximo ponto.

BALANÇO

Em 2024, o ativo apresentou uma variação positiva face ao exercício de 2023 de EUR 416.106, justificada essencialmente pela rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

(Δ EUR 4.675.266). Esta variação é decorrente do aumento de capital efetuado na sociedade SELICOMI Portugal, Lda. detida em parte pela Victoria Seguros de Vida, S.A. A rubrica de Terrenos e edifícios e

outros ativos tangíveis também teve um impacto notório no ativo, no valor de EUR 1.298.852 que se explica na quase globalidade pela já referida valorização do Edifício VICTORIA.

Em contrapartida, os Ativos financeiros registaram um decréscimo no valor de EUR

5.028.580, justificado pela amortização do empréstimo cedido à Selicomi. Os Ativos por impostos e taxas, nomeadamente os por impostos diferidos, também registaram uma variação de menos EUR 699.744.

ATIVO	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 653 562	3 235 630	417 932
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 675 857	591	4 675 266
Ativos financeiros ⁽¹⁾	164 445 103	169 473 682	(5 028 580)
Terrenos e edifícios e outros ativos tangíveis	42 333 489	41 034 637	1 298 852
Outros ativos intangíveis ⁽²⁾	5 575 807	5 458 084	117 723
Ativos de contratos de seguro líquido de resseguro	655 231	746 105	(90 874)
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	2 185 444	2 419 327	(233 883)
Ativos por impostos e taxas	1 941 369	2 641 112	(699 744)
Outros ⁽³⁾	1 081 540	1 122 128	(40 588)
TOTAL ATIVO	226 547 403	226 131 297	416 106

(1) Inclui ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(2) Inclui Inventários, Ativos sob direito de uso e Outros ativos intangíveis.

(3) Inclui Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo e Acréscimos e diferimentos.

Relativamente ao passivo, assistiu-se a um comportamento contrário ao do ativo, com uma redução de EUR 1.605.549 face a 2023. As rubricas que mais contribuíram para esta redução foram os Passivos de contratos de seguro (Δ EUR 4.017.555), nomeadamente os montantes de serviços futuros, e os Acréscimos e diferimentos (Δ EUR 389.845). A variação referida no parágrafo anterior foi parcialmente compensada pelo aumento registado na rubricas de Passivos

financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Δ EUR 1.943.548), pela rubrica de Outros credores por operações de seguros (Δ EUR 612.399), mais concretamente por operações de seguro direto, e ainda pela rubrica de Passivos por impostos e taxas (Δ EUR 377.534).

PASSIVO	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Passivos de contratos de seguro dos ramos Vida	130 290 830	134 308 385	(4 017 555)
Passivos financeiros ⁽¹⁾	40 168 678	38 225 131	1 943 548
Outros passivos financeiros ⁽²⁾	5 012 043	5 051 040	(38 997)
Passivos por benefícios pós-emprego e outros de longo prazo	118 353	124 219	(5 866)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	9 112 607	8 500 209	612 399
Passivos por impostos e taxas	5 941 196	5 563 663	377 534
Acréscimos e diferimentos	2 037 091	2 426 936	(389 845)
Outras provisões	39 007	125 773	(86 765)
TOTAL PASSIVO	192 719 805	194 325 354	- 1 605 549

(1) Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

(2) Passivos subordinados e Passivos de locações

CAPITAL PRÓPRIO	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Capital	8 500 000	8 500 000	-
Reservas de reavaliação	1 165 659	458 090	707 569
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	10 118 563	12 012 775	(1 894 212)
Reserva por impostos	(2 538 950)	(2 807 747)	268 797
Outras reservas	11 012 928	10 841 181	171 747
Resultados transitados	2 580 359	588 808	1 991 552
Resultado do exercício	2 989 039	2 212 836	776 203
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	33 827 597	31 805 943	2 021 655

RÁCIOS

Com base nas informações anteriormente apresentadas, torna-se relevante apurar alguns indicadores que demonstrem a

estrutura de capital e rentabilidade da empresa.

Rácios	2023	2024
ROE: Resultado Líquido/Capital Próprio	7,0%	8,8%
ROA: Resultado Líquido/Ativo	1,0%	1,3%
Capital Próprio/Ativo	14,1%	14,9%

Numa visão global, todos os indicadores evoluíram de forma positiva. O ROE foi o que demonstrou uma maior variação, de 1,8 p.p, justificada pelo crescimento do

resultado líquido do exercício obtido em 2024 face a 2023 (Δ EUR 776.203). Este resultado influenciou também positivamente o ROA, com o aumento em

0,3 p.p. Por último o *equity ratio* (*Capital Próprio/Ativo*) apresentou também um incremento de 0,8 p.p, traduzindo um

aumento da autonomia financeira na estrutura de capital da empresa.

RECURSOS HUMANOS

No final de 2024 a VICTORIA tinha um total de 312 empregados (79 Vida e 233 Seguros) (2023: 297). A média etária era de 47,67 (2023: 47,34) anos, a antiguidade média no Grupo era de 15,32 (2023: 15,71) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 60,90% (2023: 59,26%).

Alinhado com este último indicador está também a percentagem de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia, que mantém a representação do ano anterior, de 45,1% no total das hierarquias (2023: 45,1%).

Em 2024, quanto à estrutura dos níveis de habilitações literárias, 59,29% (2023: 60,82%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 5,77% (2023: 7,56%) dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado.

Todos estes indicadores de 2024 e a sua comparação com o ano anterior são em larga medida o reflexo da decisão estratégica da VICTORIA de internalizar toda a sua vertente operacional de Gestão de Contactos e Gestão Documental. Esta componente da operação estava há largos anos em regime de outsourcing e a sua

internalização vem dar corpo a uma política de maior desenvolvimento da área, possibilitando uma identidade cultural e um engagement com a empresa mais robustos, valorizando assim a nossa relação com o mercado, em particular com Cliente final e distribuidores.

Tem sido esta a política transversal que orienta os diferentes pilares da nossa Gestão de Pessoas: potenciar uma valorização permanente do seu conhecimento, da sua atividade e do seu bem-estar, na certeza de que todas estas componentes se cruzam com os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável e com os valores chave da empresa. Estamos seguros que é neste cruzamento de iniciativas que todos os nossos recursos acrescentarão valor para eles próprios e para a empresa.

Do ponto de vista do enquadramento legal e da relação laboral com os Colaboradores, a VICTORIA estabeleceu em 2024 um entendimento com os 3 sindicatos do sector para atualização de algumas cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/03/2023, sendo

esse esforço de negociação e sucesso da mesma, um exemplo do objetivo claro de valorização dos seus Colaboradores.

Realçar que de acordo com as cláusulas respetivas desse ACT e do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões

VICTORIA, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2024 contribuições no total de EUR 180.369,79 (2023: EUR 171.686,94), para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores

FORMAÇÃO

A evolução constante do mercado, impulsionada pela digitalização e novas tecnologias, exige uma atualização constante de conhecimentos e competências. Neste cenário, a formação assume um papel fundamental no desenvolvimento dos profissionais e das organizações, permitindo-lhes responder com eficiência a todas estas mudanças.

Não é só um lugar-comum assumir que a formação deve ser vista como um meio estratégico para a evolução contínua: é uma realidade indesmentível que a velocidade da geração de conhecimento do presente

apenas acelera de forma incontornável. É essa a forma como entendemos a Formação: o instrumento perfeito e único para permitir a aprendizagem individual dos Colaboradores e simultaneamente garantir diferenciação e crescimento sustentável da Organização.

A VICTORIA, através do seu Campus de Formação, mantém por isso o compromisso de desenvolver os seus Colaboradores, impulsionando de forma decisiva o desempenho individual e coletivo.

Os principais indicadores de formação são:

2024 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	59
Horas de formação realizadas	7.398.3
Nº de participações de colaboradores em formação	899

CAMPUS VICTORIA	Distribuição	Nº Participações
Academias de Formação	(horas de formação)	
Academia de Conteúdos Técnicos	98%	836
Academia de Comportamentos	2%	63

Em 2024, verificou-se um aumento da oferta formativa realizada, em comparação com o ano anterior, o que reflete essa aposta contínua da VICTORIA na geração e atualização de conhecimento dos seus Colaboradores, através do desenvolvimento de competências essenciais para os desafios atuais e futuros. Esse objetivo concretizou-se através de 59 ações de formação durante 2024, das quais 44 foram ministradas por entidades formadoras externas e 15 asseguradas pela equipa de formadores da VICTORIA através de live training ou da construção de conteúdos formativos em formato de e-learning.

A formação interna realizada incidiu fundamentalmente em matérias regulatórias, dando cumprimento a um plano de formação transversal, no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, da

Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, do Plano de Continuidade de Negócio e sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD). O seu objetivo foi consciencializar para a importância destas matérias na regulação do negócio, enquanto garante do cumprimento das normas, exigências legais, responsabilidades e boas práticas do setor segurador, por parte dos colaboradores.

Dando ainda cumprimento ao Regime de Distribuição de Seguros e de Resseguros, continua a ser uma aposta e prioridade da VICTORIA, assegurar a formação de PDEADS (Pessoas Diretamente Envolvidas Atividade Distribuição Seguros) para os novos colaboradores, com funções ligadas à distribuição de Seguros bem como, garantir a atualização contínua exigida para os titulares de todas essas funções..

ACADEMIA VICTORIA | MEDIAÇÃO

Mantendo o foco no desenvolvimento de competências técnicas e comerciais que promovam uma venda de qualidade e o acompanhamento adequado ao Cliente final, a VICTORIA, enquanto entidade qualificada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), disponibilizou ao longo do ano, através da sua Academia de Mediação, um conjunto de ações de formação certificadas, que

concorrem para a manutenção do cumprimento das 15 horas de formação certificada anuais mínimas exigidas para o desempenho da atividade de mediação, no âmbito da Formação Profissional de Aperfeiçoamento Contínuo.

2024 foi o ano de consolidação da Academia de Mediação, reforçando a relação de parceria Agente/Corretor e VICTORIA, criando uma maior fidelização e uma

melhor preparação técnico-comercial dos nossos Parceiros para assegurar uma venda adequada ao cliente.

Pelo terceiro ano consecutivo, evidenciámos uma elevada participação nos diversos programas de formação da Academia, traduzindo um aumento crescente na valorização da oferta formativa que a VICTORIA disponibiliza para a sua rede de distribuição.

Foi feito um incremento na diversidade da oferta formativa disponibilizada quadrimestralmente, dentro dos diversos eixos de formação definidos, nomeadamente no desenvolvimento de competências a nível comportamental e técnicas de vendas. A formação técnica assumiu, uma vez mais uma relevância estratégica para a gestão do negócio por parte dos parceiros que têm demonstrado um interesse crescente na oferta de

produtos da VICTORIA em todas as suas valências técnicas associadas.

Foram desenvolvidos e ministrados novos conteúdos inseridos no eixo de formação das matérias regulatórias no âmbito da atividade de mediação, dando continuidade aos ciclos anuais de formação na Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Estas ações de formação foram desenvolvidas em formato de e-learning, através da plataforma de aprendizagem VICTORIA.

Foram também construídos e ministrados novos percursos formativos para parceiros estratégicos, no âmbito da formação contínua, com impacto nos resultados e no reforço da relação de parceira com a VICTORIA.

COMUNICAÇÃO INTERNA

A Comunicação Interna desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura organizacional sólida, garantindo que todos os Colaboradores estejam informados, alinhados e envolvidos com a estratégia da VICTORIA. Ao longo do último ano, mantivemos o nosso compromisso com transparência e proximidade, reforçando os nossos canais de comunicação e promovendo iniciativas que

fortalecem a ligação entre equipas e a partilha de informação relevante.

O Portal do Colaborador continuou a ser o principal ponto de acesso à informação e ferramentas de trabalho, consolidando-se como um espaço central para todos os Colaboradores. Através desta plataforma, reconhecendo a importância do trabalho colaborativo e da eficiência na partilha de informação entre equipas, disponibilizamos comunicações, novidades e atualizações

sobre diversos conteúdos relacionados com a organização de uma forma transversal, mas também promovendo o uso dos Canais de Equipa, potenciando uma comunicação mais ágil em cada departamento.

Além das iniciativas já implementadas, preparámos um plano de comunicação estruturado para apoiar a transição para o nosso novo escritório, prevista para 2025. Este plano garantirá que os Colaboradores acompanhem todas as fases da mudança, desde a evolução das obras até respostas a

dúvidas e expectativas, assegurando uma integração fluida e bem informada.

Acreditamos que uma Comunicação Interna eficaz é essencial para fortalecer o envolvimento dos Colaboradores e promover um ambiente organizacional mais coeso, transparente e participativo. Continuaremos a investir na melhoria dos nossos canais e formatos de comunicação, garantindo que a informação chegue a todos, de forma clara e acessível, contribuindo assim para uma cultura de partilha e colaboração.

SUSTENTABILIDADE

Relativamente ao tema Sustentabilidade o ano de 2024 foi o de consolidação dos primeiros passos dados em 2023.

De forma planeada e depois da definição da nossa estratégia “VICTORIA Sustentável” ter sido divulgada a toda a empresa no ano anterior, 2024 foi o ano de iniciarmos um conjunto de exercícios e darmos continuidade a alguns temas de governação e de intervenção concreta na nossa cadeia de valor.

Do ponto de vista do exercício, realizamos pela primeira vez o cálculo da nossa pegada carbónica. Foi uma atividade que proporcionou mais uma vez o envolvimento de toda a organização através da partilha dos hábitos individuais de deslocação para

o local de trabalho. A recolha de informação necessariamente efetuada a todos os Colaboradores permitiu também adicionalmente enquadrar este tema mais uma vez numa lógica de sensibilização de todos para a necessidade de assumirmos comportamentos mais responsáveis para com o meio ambiente.

Também foi este ano que à luz dos critérios GRI, fizemos o nosso primeiro exercício relativamente à elaboração de um Relatório de Sustentabilidade. A sua construção, ainda numa abordagem piloto, foi essencialmente exploratória de potenciais desafios que encontraríamos na reunião de informação. Ao dia hoje podemos dizer que foi uma tarefa cumprida com sucesso.

Paralelamente concluímos uma peça de governação que ainda estava por fechar. A construção da matriz de dupla materialidade permitiu enunciar quais os nossos impactos na envolvente (impactos materiais) e quais os impactos que a envolvente tem na organização (impactos económicos). A definição dos temas materiais para a Companhia também foi efetuada através da auscultação do nosso *stakeholder* prioritário: os Colaboradores. Do ponto de vista da intervenção concreta com a nossa cadeia de valor foi definido um plano de ação que cruza a responsabilidade

efetiva de cada departamento na implementação de uma ação, com os nossos ODS e com os nossos temas materiais.

Por fim dar relevo à comunicação interna regular com os nossos Colaboradores através do nosso portal interno. Sempre numa lógica de dar a conhecer algumas das atividades que estão a ser efetuadas neste âmbito e na perspetiva de sensibilizar a nossa população de forma clara e dinâmica para todos os temas ESG.

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

Ao longo do último ano, reforçámos o nosso compromisso com a Responsabilidade Social, promovendo iniciativas que valorizam o bem-estar dos Colaboradores e o impacto positivo na Comunidade.

No âmbito dos benefícios, continuámos a assinalar o aniversário de cada Colaborador e a proporcionar uma dispensa no seu dia de aniversário (ou dia útil seguinte). Esta medida está alinhada com a nossa preocupação com o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. É a VICTORIA a estar presente nos momentos de celebração dos seus Colaboradores e a contribuir para o seu bem-estar.

Reforçámos as nossas parcerias com diversas empresas, aumentando as vantagens e descontos disponíveis para os nossos Colaboradores. Melhorámos o Kit Bebê que já era oferecido aos Colaboradores que se tornam mães e pais, garantindo que está ainda mais adaptado às suas necessidades, reforçando o nosso apoio à natalidade.

O nosso compromisso com a Solidariedade esteve igualmente presente em várias ações ao longo do ano. Entre elas, destacamos a contribuição para o Programa Abem da Associação Dignidade, garantindo concretamente o acesso a medicamentos essenciais para 25 beneficiários durante um

ano e reforçando paralelamente o nosso apoio à Associação.

Realizámos o desejo de uma criança através da Make-A-Wish, proporcionando-lhe uma visita à Disneyland. E cada sonho que transformamos em realidade enche o nosso programa de sorrisos.

Estivemos presentes na doação de bens essenciais aos Bombeiros Portugueses num período crítico de incêndios, tendo sido evidente o empenho de todos os Colaboradores nesta ação e a sua demonstração com esse gesto que habitamos mesmo numa VICTORIA Socialmente responsável.

poiámos a Associação Crescer Bem, através da aquisição de cabazes com bens alimentares essenciais, entregues a 60 famílias, levando conforto e esperança na época de Natal.

INVESTIMENTOS

A VICTORIA – Seguros de Vida S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do Grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A sensibilização e partilha de informação também foram prioridades. Ao longo do ano, divulgámos conteúdos relevantes sobre bem-estar, sugestões de atividades de lazer e dicas para a saúde mental. No período natalício, reforçámos o simbolismo solidário da nossa árvore de Natal, decorando-a com mais de quarenta enfeites sustentáveis em madeira, cada um representando as entidades que apoiamos ao longo dos últimos doze anos.

Mantemos, assim, o compromisso de continuar a evoluir e investir na Responsabilidade Social na VICTORIA, garantindo que as nossas ações tenham um impacto positivo tanto na vida dos nossos Colaboradores, como na comunidade onde estamos inseridos, deixando a nossa pegada solidária.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos atingia no final de 2024 um montante global de EUR 210.881.960 (2023: EUR 209.998.088), o

que representa um crescimento anual de 0,4%. Tal como referido, a composição da carteira de ativos manteve-se estável, sendo a rubrica de Títulos e Participação Financeiras a principal rubrica com um peso de 80,2% face a 76,8% no ano passado. O investimento em Imóveis corresponde a 19,8% da carteira, comparativamente com

19,3% em 2023. Na sequência da amortização do empréstimo à entidade Selicomi Portugal, a rubrica de Outros Ativos apresenta agora um peso marginal (2023: 3,1%).

A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2024	%	2023	%	Var. 24/23
Total	210.881.960	100,0%	209.998.088	100,0%	0,4%
Títulos e Participações Financeiras	169.060.941	80,2%	161.378.858	76,8%	4,8%
Imóveis	41.761.000	19,8%	40.515.400	19,3%	3,1%
Outros Ativos Financeiros	60.019	0,0%	8.103.830	3,9%	-99,3%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 169.060.941 (2023: EUR 161.378.858) e a 31

de dezembro de 2024 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Títulos	2024	%	2023	%	Var. 23/22
Total	169.060.941	100,0%	161.378.858	100,0%	4,8%
Dívida Pública	30.660.350	18,1%	18.187.810	11,3%	68,6%
Ações e Participações	4.676.641	2,8%	72.136	0,0%	6383,1%
Obrigações Diversas	102.054.127	60,5%	109.640.895	68,0%	-6,9%
Fundos de Investimento	31.669.822	18,7%	33.478.017	20,7%	-5,4%

Em 2024 a classe de ativos Dívida Pública inverteu a tendência de redução que vinha registando e apresentou um aumento assinalável de 69% passando assim a representar 18,1% (2023: 11,3%) da carteira de títulos e que se traduziu num aumento superior a 12 milhões de euros. Também a classe de ativos “Ações e Participações” aumentou o seu peso na carteira de títulos de forma assinalável. A operação de capital efetuada na participada Selicomi Portugal Lda. traduziu-se num esforço financeiro de

4,6 milhões de euros. Em sentido oposto, o investimento em “Obrigações Diversas” recuou 6,9% para 102 milhões de euros, ou seja 60,5% da carteira de ativos (2023: 68,0%). De igual forma, a exposição a fundos de investimentos desceu 1,8 milhões de euros para um valor global de 31,7 milhões de euros (2023: EUR 33,5 mio). No que se refere à qualidade de crédito, da carteira de títulos é de registar que 75,7% (2023: 75,6%) detém notação de crédito de

investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2024	2023	Var. 24/23
Total	100,0%	100,0%	
AAA	0,0%	0,5%	-0,5%
AA	23,6%	18,9%	4,7%
A	36,0%	33,8%	2,2%
BBB	16,1%	22,4%	-6,3%
BB	0,2%	1,9%	-1,7%
B	0,9%	0,0%	0,9%
NR	23,2%	22,5%	0,7%

O resultado de investimentos foi em 2024 de 8.942.829 EUR (2023: 10.590.884 EUR), o que representa um decréscimo de 15,6%. Esta descida deveu-se ao menor contributo para o resultado da rubrica de ganhos realizados. Assim, para o resultado do ano, foram registados “Ganhos” no valor global

de 3,1 milhões de euros face a 4,7 no ano anterior, sendo esta redução explicada pela menor valorização dos ativos imobiliários e fundos de investimentos.

A rubrica de “Rendimentos” manteve-se estável com um valor total de 5.914.291 EUR (2023: EUR 5.921.915).

Proveitos de Investimentos	2024	2023	Var. 24/23
Total	8.942.829	10.590.884	-15,6%
Rendimentos	5.914.291	5.921.915	-0,1%
Ganhos Realizados	3.141.144	4.693.045	-33,1%
Perdas Provenientes de Alienação	- 125.653	- 16.369	667,6%
Perdas por Imparidade	13.047	- 7.707	-269,3%

FUNDOS DE PENSÕES

A VICTORIA manteve o número total de fundos de pensões sob gestão durante o exercício de 2024: total de 6 fundos, dos quais 3 são fundos abertos, 2 são fundos fechados ainda 1 fundo de pensões PPR. Os

ativos apresentaram um crescimento de 2,7 milhões de euros (+16,5%) para EUR 19.289.518 (2023: EUR 16.542.336).

MEIO AMBIENTE

Na vertente especificamente ambiental, tentámos manter todo o nosso esforço de redução de uma pegada de carbono que se pretende o mais pequena possível.

Assim, pelo terceiro ano consecutivo, o nosso consumo de papel sofreu uma diminuição, atingindo *1,1 (2023: 1,3)* milhões de folhas. Maior relevo tem esta redução quando pensamos que quer o volume de negócios como o nº de Clientes tiveram crescimentos expressivos.

Esta continuidade só foi possível graças a uma maior consciencialização de todos, a uma organização de trabalho diferente e a um conjunto de medidas tecnológicas que visam uma maior eficiência na comunicação com Clientes e distribuidores.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,3 (2023: 0,2) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Lisboa, maioritariamente materiais e resíduos como papel e outros materiais publicitários obsoletos ou deteriorados.

Adicionalmente, alinhado com os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável, garantimos a identificação de lixos, materiais, mobiliário e equipamentos diversos obsoletos ou deteriorados, os quais geraram os seguintes volumes e tipologias de materiais enviados para reciclagem:

2024 Balanço Ambiental	
Resíduos	Peso (kg)
Papel	5.510
Discos	208
Monstros	240
Suportes Informática-Tapes, CD's ou outros suportes	36
TOTAL	5.994

Em 2024 os serviços Centrais da VICTORIA e respetiva operação, continuaram a desenvolver-se em 2 espaços no Edifício VICTORIA em Lisboa. Esta realidade manter-se-á enquanto decorre a remodelação do Edifício situado na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 46 em Lisboa, que alojará, as futuras instalações da VICTORIA.

Neste contexto, os valores que apresentamos relativamente aos consumos de energia e água ainda são apenas os relacionados com as Delegações e Escritórios, dado que os consumos registados no Edifício VICTORIA, não nos permitem de forma objetiva identificar os que correspondem aos espaços atualmente

ocupados pela empresa e os respeitantes às frações arrendados a empresas inquilinas.

Nas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, o consumo em 2024 foi de 60.307 (2023: 60.922) KW/H de energia elétrica e de 328,03 (2023: 418,00) m³ de água.

Se olharmos para os últimos 5 anos e compararmos estes dados com 2019, o nosso consumo de energia elétrica baixou cerca de 31% ano. Esses 27487kw representam uma poupança equivalente ao consumo anual de 150 televisões led 40 cm ou de 5500 smartphones.

O mesmo tipo de análise evidencia um impacto percentual ainda maior no

consumo de água. A redução de 43% no consumo relativamente a 2019 pode ser comparada a uma poupança de um consumo anual de uma família de 4 pessoas ou ao consumo de 5000 duches.

Uma nova organização de trabalho com a introdução dum modelo híbrido (presencial e teletrabalho) em algumas funções e a instalação de materiais e equipamentos com maior eficiência energética explicam o percurso que progressivamente e de forma sustentada tem sido feito pela organização, no sentido de garantirmos uma operação cada vez mais eficiente e sustentável.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2024, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do Grupo SMABTP. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e

comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do

Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos e no qual foram pela primeira vez integradas dimensões ESG;

- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2024 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trienal definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;

- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2025, são as seguintes:

- Assegurar a atualização do software Duck Creek Compliance (Assuretat), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's) de modo a dar resposta à taxonomia em vigor;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;

- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;

- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR de 2024 (em processo de certificação à data do presente relatório) e de 2023 é o seguinte:

	2024	2023
SCR	19 282 799	19 432 841
Rácio de Cobertura SCR	184,0%	177,4%
MCR	7 469 778	7 814 046
Rácio de Cobertura MCR	428,0%	397,1%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	35 477 996	34 464 388
Fundos Próprios Elegíveis MCR	31 971 951	31 027 197

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 3.967.097 (2023: EUR 3.003.181). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC, é de EUR 2.989.039 (2023: EUR 2.212.836).

Propomos que após a dotação de EUR 298.804 à reserva legal, o remanescente de EUR 2.690.135 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA em França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2025

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2025 atingiu EUR 4.751.534 (2024: EUR 4.418.031) evidenciando um aumento de 7,5%.

Em 2025, a atividade seguradora em Portugal deverá manter a tendência de crescimento da produção nos Ramos Vida e Não Vida, apoiada pelas perspetivas positivas de evolução da nossa economia, que deverá manter um crescimento estável, impulsionado por setores

como o turismo, mas também pelo investimento e pelo consumo interno. No entanto, os riscos relacionados com a volatilidade dos mercados financeiros, as eventuais oscilações no setor imobiliário e a instabilidade geopolítica poderão gerar incertezas e afetar o desempenho da nossa atividade. O setor terá de equilibrar a inovação e a adaptação às novas necessidades de proteção e gestão de riscos, de modo a garantir um crescimento sustentável e a manter a confiança dos clientes. A crescente digitalização e a adoção de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial,

permitirão otimizar processos, personalizar serviços e melhorar a experiência do cliente.

Neste contexto, a VICTORIA está a preparar um novo Plano Estratégico para o período de 2025 a 2027, em conformidade com o Grupo SMABTP, mantendo o seu posicionamento de seguradora generalista com foco em nichos de especialidade, a sua ambição de crescimento rentável e sustentável a longo prazo, apoiada em parcerias e na dinamização de uma rede de distribuição profissional, e a sua vontade de reforçar a sua presença nos mercados e âmbitos institucionais onde a sua oferta e proposta de valor diferenciadas são mais reconhecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

26 de março de 2025

O Conselho de Administração

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2024 e 2023

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amort ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.653.562		3.653.562	3.235.630
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.675.857	-	4.675.857	591
4	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	47.693.452	-	47.693.452	52.313.748
5	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	111.455.966	-	111.455.966	103.840.188
	Títulos de dívida	111.455.966		111.455.966	103.840.188
6	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	5.296.080	396	5.295.684	13.319.746
	Títulos de dívida	5.236.061	396	5.235.665	5.223.925
	Empréstimos e contas a receber	60.019	-	60.019	8.095.821
2	Terrenos e edifícios	41.761.000	-	41.761.000	40.515.400
	Terrenos e edifícios de uso próprio	919.000	-	919.000	896.200
	Terrenos e edifícios de rendimento	40.842.000		40.842.000	39.619.200
8	Outros ativos tangíveis	3.667.013	3.094.524	572.489	519.237
8	Inventários	28.055		28.055	33.103
9	Ativos sob direito de uso	32.966	20.462	12.504	64.352
10	Outros ativos intangíveis	17.465.668	11.930.419	5.535.249	5.360.630
14	Ativos de contratos de seguro dos ramos Vida	153.482	-	153.482	189.440
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	153.482		153.482	189.440
14	Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Vida	501.749	-	501.749	556.665
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	501.749	-	501.749	556.665
	De serviços passados	501.749	-	501.749	556.665
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	501.749		501.749	556.665
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.000.667		1.000.667	984.425
11	Outros devedores por operações de seguro e outras operações	2.301.962	116.517	2.185.445	2.419.327
	Contas a receber por operações de seguro direto	108.722	539	108.183	60.232
	Contas a receber por operações de resseguro	416.638	62.497	354.141	284.641
	Contas a receber por outras operações	1.776.602	53.481	1.723.121	2.074.454
13	Ativos por impostos e taxas	1.941.369	-	1.941.369	2.641.112
	Ativos por impostos e taxas correntes	363.386		363.386	343.411
	Ativos por impostos diferidos	1.577.983		1.577.983	2.297.701
18	Acréscimos e diferimentos	80.873		80.873	137.703
	TOTAL ATIVO	241.709.721	15.162.318	226.547.403	226.131.297

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2024 e 2023

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Passivos de contratos de seguro dos ramos Vida	130.290.830	134.308.385
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	10.008.054	9.672.880
	De serviços futuros	1.128.431	1.047.311
	De serviços passados	8.879.623	8.625.569
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	8.879.623	8.625.569
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	120.282.776	124.635.505
	De serviços futuros	114.413.839	118.724.279
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	102.205.842	107.829.009
	Ajustamento de risco	2.904.427	1.997.511
	Margem de serviços contratuais	9.303.570	8.897.759
	De serviços passados	5.868.937	5.911.226
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	5.868.937	5.911.226
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	40.168.678	38.225.131
16	Outros passivos financeiros	5.012.043	5.051.040
	Passivos subordinados	5.000.000	5.000.000
	Passivos de locações	12.043	51.040
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	118.353	124.219
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.112.607	8.500.209
	Contas a pagar por operações de seguro direto	6.438.972	5.767.158
	Contas a pagar por operações de resseguro	433.728	453.997
	Contas a pagar por outras operações	2.239.907	2.279.054
13	Passivos por impostos e taxas	5.941.196	5.563.663
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	1.068.673	453.183
	Passivos por impostos diferidos	4.872.523	5.110.480
18	Acréscimos e diferimentos	2.037.091	2.426.935
34	Outras provisões	39.007	125.773
	TOTAL PASSIVO	192.719.805	194.325.355
	CAPITAL PRÓPRIO		
19	Capital	8.500.000	8.500.000
	Reservas de reavaliação	1.165.659	458.089
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	793.617	122.798
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	287.387	237.601
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	84.655	97.690
25	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	10.118.563	12.012.775
	Reserva por impostos	(2.538.950)	(2.807.747)
	Impostos diferidos	(821.702)	(842.801)
	Impostos correntes	(1.717.248)	(1.964.946)
	Outras reservas	11.012.928	10.841.181
	Reserva legal	2.871.721	2.650.437
	Prêmios de emissão	2.500.000	2.500.000
	Outras reservas	5.641.207	5.690.744
	Resultados transitados	2.580.359	588.808
	Resultado do exercício	2.989.039	2.212.836
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	33.827.598	31.805.942
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	226.547.403	226.131.297

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

Notas	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Exercício			Exercício anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
22	Réditos de contratos de seguro	19.970.900		19.970.900	19.956.577
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	13.825.417		13.825.417	13.976.592
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	6.145.483		6.145.483	5.979.985
	Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	3.913.448		3.913.448	3.876.234
	Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	243.174		243.174	437.527
	Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.786.028		1.786.028	1.530.371
	Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	202.833		202.833	135.853
23	Gastos de contratos de seguro	(16.056.461)		(16.056.461)	(18.104.824)
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	(12.469.182)		(12.469.182)	(12.264.705)
	Sinistros ocorridos	(9.201.467)		(9.201.467)	(8.535.039)
	Outros gastos atribuíveis	(3.267.715)		(3.267.715)	(3.729.666)
	Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(3.481.990)		(3.481.990)	(3.701.316)
	Alterações relativas a serviços passados	(155.480)		(155.480)	(1.972.660)
	Alterações relativas a serviços futuros	50.191		50.191	(166.143)
24	Réditos de contratos de resseguro cedido	2.143.839		2.143.839	3.976.594
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores	2.198.755		2.198.755	3.958.895
	Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores	(54.916)		(54.916)	17.699
24	Gastos de contratos de resseguro cedido	(2.751.184)		(2.751.184)	(5.445.949)
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Parte dos resseguradores	(2.751.184)		(2.751.184)	(5.445.949)
	Resultado de contratos de seguro	3.307.094		3.307.094	382.398
	Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(1.508.829)		(1.508.829)	(1.358.323)
25	Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(1.508.829)		(1.508.829)	(1.358.323)
26	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	394.294		394.294	377.524
27	Rendimentos	5.914.291	-	5.914.291	5.921.915
	De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.276.006		3.276.006	3.269.810
	Outros	2.638.285	-	2.638.285	2.652.105
33	Gastos financeiros	(1.713.278)	(58.092)	(1.771.370)	(1.660.111)
	Outros	(1.713.278)	(58.092)	(1.771.370)	(1.660.111)
28	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.224.369	(15.988)	1.208.381	2.373.740
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	3.739		3.739	(17.397)
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-		-	4.593
	De outros	1.220.630	(15.988)	1.204.642	2.386.544
29	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	(292.973)		(292.973)	369.254
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	21.056	-	21.056	(7.707)
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	13.036		13.036	(3.248)
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	8.020		8.020	(4.459)
33	Gastos não atribuíveis	(3.549.129)	-	(3.549.129)	(3.461.535)
	Gastos não atribuíveis diretamente a contratos de seguro	(2.804.076)		(2.804.076)	(2.554.536)
	Gastos de contratos e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(494.323)		(494.323)	(297.948)
	Gestão de fundos de pensões	(250.730)		(250.730)	(609.051)
30	Outros rendimentos/gastos técnicos	170.202		170.202	205.223
	Resultado técnico	3.967.097	(74.080)	3.893.017	3.142.378
31	Outras provisões (variação)		86.766	86.766	16.209
32	Outros rendimentos/gastos		(7.011)	(7.011)	14.938
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3.967.097	5.675	3.972.772	3.173.526
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(694.446)	(69.371)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(289.287)	(891.319)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			2.989.039	2.212.836

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

Demonstração do Rendimento Integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	2 989 039	2 212 836
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	516 024	2 860 323
Por via de alienações	154 796	186 160
Prov perdas de credito instrumentos divida	(13 035)	7 720
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	49 786	(65 481)
Ajustamentos da componente financeira contratos de seguro	(1 894 212)	(5 629 578)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	268 797	594 254
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	(49 537)	(53 368)
Total do rendimento integral	2 021 657	112 866

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método directo			
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		2024	2023
Recebimentos:		129.755.628	106.793.218
Clientes (prémios recebidos)	+	34.162.393	33.096.768
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	+	92.300.957	70.620.686
Juros e dividendos (Inv)	+	3.083.735	2.874.521
Recebimentos de taxas e impostos	+	16.807	-
Regularização c/c Seguradoras	+	191.736	201.243
Pagamentos:		130.409.488	103.547.176
Clientes (sinistros & estornos)	-	28.128.971	28.111.738
Comissões	-	2.650.965	2.757.073
Resseguradores	-	503.112	442.452
Outros prestadores	-	57.384	(1.550.063)
Fornecedores diversos	-	1.420.304	2.688.743
Pagamentos a colabores	-	2.251.326	2.109.308
Compra de activos financeiros (Inv)	-	91.600.231	65.043.374
Pagamento de taxas e impostos	-	3.796.721	3.931.128
Despesas de Viagem	-	5	13.102
Fundo Fixo Caixa	-	469	319
Regularização c/c Seguradoras	-		
Fluxo das actividades operacionais		(653.860)	3.246.042
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos:		7.592.042	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	+	7.592.042	
Imobilizações corpóreas (alienação)	+		
Imobilizações incorpóreas (alienação)	+		
Juros de Emp. Conc.	+		
Dividendos de participações	+		-
Pagamentos:		6.319.702	2.465.916
Investimentos Financeiros (aumento capital associada)	-	4.675.266	
Imobilizações corpóreas (aquisição)	-	239.888	66.627
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	-	1.404.548	2.399.289
Fluxo das actividades de Investimentos		1.272.340	(2.465.916)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos:			
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	+		-
Aumentos de Capital	+		-
Doações	+		-
Pagamentos:		200.548	225.070
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	200.548	200.000
Amort. De contratos de locação financeira	-		25.070
Dividendos	-		-
Fluxo das actividades de financiamento		(200.548)	(225.070)
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa		417.932	555.056
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.235.630	2.680.574
Caixa e seus equivalentes no final do período		3.653.562	3.235.630

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Provisão para perdas crédito em instrumentos mensurados ao justo valor	Reserva Componente financeira CS	Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				Reserva Legal	Prêmios de emissão	Outras Reservas			
Balanco a 31 de Dezembro 2022	8.500.000	(2.396.621)	303.082	-	17.642.353	(3.498.545)	2.566.144	2.500.000	5.744.112	1.379.904	(1.135.466)	31.604.962
Correcções de erros (IAS 8)												
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		(527.063)		94.442		96.544				428.664	-	92.587
Balanco de abertura alterado	8.500.000	(2.923.685)	303.082	94.442	17.642.353	(3.402.001)	2.566.144	2.500.000	5.744.112	1.808.568	(1.135.466)	31.697.549
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo através de reservas		3.046.483										3.046.483
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(65.481)									(65.481)
Provisão para perdas de crédito mensurados ao justo valor através de reservas				3.248								3.248
Reserva componente financeira contratos seguro					(5.629.578)							(5.629.578)
Distribuição de reservas												-
Distribuição de lucros/prejuizos							84.293			(1.219.760)	1.135.466	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									(53.368)			(53.368)
Total das variações do capital próprio	-	3.046.483	(65.481)	3.248	(5.629.578)	594.254	84.293	-	(53.368)	(1.219.760)	1.135.466	(2.104.443)
Resultado líquido do período											2.212.836	2.212.836
Distribuição antecipada de lucros												-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)												-
Balanco de abertura alterado	8.500.000	122.798	237.601	97.690	12.012.775	(2.807.747)	2.650.437	2.500.000	5.690.744	588.808	2.212.836	31.805.942
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo através de reservas		670.819										670.819
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			49.786									49.786
Provisão para perdas de crédito mensurados ao justo valor através de reservas				(13.035)								(13.035)
Reserva componente financeira contratos seguro					(1.894.212)							(1.894.212)
Distribuição de reservas												-
Distribuição de lucros/prejuizos							221.284			1.991.551	(2.212.836)	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									(49.537)			(49.537)
Total das variações do capital próprio	-	670.819	49.786	(13.035)	(1.894.212)	268.797	221.284	-	(49.537)	1.991.551	(2.212.836)	(967.383)
Resultado líquido do período											2.989.039	2.989.039
Distribuição antecipada de lucros												-
Balanco a 31 de Dezembro 2024	8.500.000	793.617	287.387	84.655	10.118.563	(2.538.950)	2.871.721	2.500.000	5.641.207	2.580.359	2.989.039	33.827.598

Notas às Demonstrações Financeiras

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Ativos financeiros ao justo valor através de reservas
 - NOTA 6 – Ativos financeiros ao custo amortizado
 - NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Ativos sob Direito de Uso
 - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 – Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro
 - NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 16 – Outros Passivos Financeiros
 - NOTA 17 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 18 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 19 – Capital Próprio e Reservas
 - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 22 – Réditos de contratos de seguro
 - NOTA 23 – Gastos de contratos de seguro
 - NOTA 24 – Resultado de contratos de resseguro
 - NOTA 25 – Componente financeira de contratos de seguro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- NOTA 26 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 27 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 28 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 29 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 31 – Outras Provisões
- NOTA 32 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 33 – Gastos por natureza e função
- NOTA 34 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I - INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o

redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS9 e da IFRS17, para os produtos comercializados

pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, temos:

Relato por segmentos	2024			2023		
	contratos seguro	contratos investimento	fundos pensões	contratos seguro	contratos investimento	fundos pensões
Premios brutos emitidos	31 882 423			31 221 838		
Premios resseguro cedido	(2 751 184)			(5 287 600)		
Réditos contratos seguro	19 970 900			19 956 577		
Gastos de resseguro cedido	(2 751 184)			(5 445 949)		
Comissões cobradas de contratos	-	394 294	163 419	-	377 524	198 783
Sinistros pagos e outros gastos brutos	(12 469 182)			(12 264 705)		
Gastos de aquisição atribuíveis	(3 481 990)	(496 731)	(250 730)	(3 701 316)	(297 948)	(609 051)
Resultado de contratos de seguro	3 914 439			1 851 753		
Resultado de contratos de resseguro	(607 345)			(1 469 355)		
Resultado investimentos	6 015 238	(861 772)		7 373 541	(515 647)	
Resultado técnico	5 018 617	(964 209)	(87 311)	3 849 520	(436 071)	(410 268)
Ativos financeiros afectos à representação	168 546 822	40 168 678		170 734 423	38 225 131	
Ativos e Passivos de Contratos	130 137 348	40 168 678		134 118 945	38 225 131	

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, foi de EUR 11.283.068 (2023: EUR 10.874.954) registando-se assim um acréscimo de 3,62%.

Deste modo, o volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi de EUR

43.165.491 (2023: EUR 42.096.792) registando-se assim um acréscimo de 2,48%.

O Resultado de contratos de seguro registou uma melhoria correspondente a EUR 2.062.686, que se deve essencialmente à diminuição dos gastos com serviços passados, conforme pode ser observado na Nota 23.

O Resultado de contratos de resseguro, verificou uma melhoria de EUR 862.010, em linha com o resultado de 2022 e anteriores.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF,

nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2024 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2024. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo

histórico, com exceção para os ativos financeiros que se encontram mensurados ao justo valor, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022 – R de 25 de novembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Companhia operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a

Companhia dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de março de 2025.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2024 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Contratos de Seguros

A partir de 1 de janeiro de 2023, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro

Atualmente a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. emite contratos que incluem risco de seguro e/ou risco financeiro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece como contratos de seguro, os contratos em que aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um

Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

No caso de contratos em que o risco seja essencialmente financeiro e o risco de seguro assumido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não seja significativo, mas exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos tomadores de seguro, tais contratos são considerados como sendo contratos de seguro e, como tal, mensurados em conformidade com a IFRS 17.

No caso de contratos em que existe somente a transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, tais contratos são considerados instrumentos financeiros e são mensurados à luz da IFRS 9.

Os ativos financeiros detidos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros.

Contratos de resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora

não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

Nível de agregação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

- Portfólios com participação dos resultados
 - Produtos mistos;
 - Produtos temporários;
 - Rendas;
 - Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”) de grupo;
 - Produtos financeiros.
- Portfólios sem participação dos resultados
 - Produtos mistos;
 - Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”);
 - Produtos temporários;
 - Rendas vitalícias fechadas;
 - Rendas vitalícias

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste âmbito, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. definiu os seguintes portfólios IFRS 17:

- Vida individual;
- Vida Grupo;
- Vida CAT;
- IGP.

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. separa os seus contratos em *cohorts* anuais, que têm por base o ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro).

Separação de componentes

O normativo exige que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação. No entanto, identificou componentes de investimento não distintas relevantes para os portfólios de produtos mistos e de produtos financeiros. À luz do normativo, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não separa estas componentes não distintas dos contratos de seguro de acolhimento, mas também não as reconhece nem em ganhos nem em perdas de contratos de seguro.

Reconhecimento inicial

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

Modelos de mensuração

O normativo introduz três modelos de mensuração, nos quais os proveitos de contratos de seguro são reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Para determinar o modelo de mensuração, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., no momento inicial, auferiu se os contratos de seguro tinham ou não participação nos resultados, como definida na norma. Tal verifica-se quando, os termos contratuais especificam que o tomador de seguro participa numa parte de

um grupo de itens subjacentes claramente identificados; quando a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. espera pagar ao tomador de seguro um montante igual a uma parte substancial do justo valor do retorno dos itens subjacentes; e quando a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. espera que uma parte substancial de qualquer alteração nos montantes a pagar ao tomador de seguro varie consoante a alteração no justo valor dos itens subjacentes. Os contratos com participação nos resultados devem de ser mensurados através da abordagem da comissão variável. Por outro lado, os contratos sem participação nos resultados são mensurados através do modelo geral de mensuração. Os contratos que tenham um período de cobertura igual ou inferior a 12 meses podem ser elegíveis para a aplicação da abordagem de imputação dos prémios.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. irá aplicar o modelo geral de mensuração e a abordagem de imputação dos prémios.

A alocação dos modelos de mensuração aos produtos da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. foi efetuada da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Produtos com participação dos resultados	
Produtos mistos	Modelo geral de mensuração
Produtos temporários	
Rendas	
Produtos financeiros	
Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”) de grupo	Abordagem de imputação dos prêmios
Produtos sem participação dos resultados	
Produtos mistos	Modelo geral de mensuração
Produtos temporários	
Rendas	
Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”)	Abordagem de imputação dos prêmios
Produtos de resseguro	
Resseguro	Abordagem de imputação dos prêmios

Fronteiras contratuais

O normativo prevê que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. inclua no cálculo dos fluxos de caixa a ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de caráter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prêmios ou a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem uma obrigação material

de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. definiu que as fronteiras contratuais em IFRS 17 estarão alinhadas, para a maioria dos produtos, com as fronteiras contratuais já consideradas em Solvência II.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
 - I. a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, conseqüentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
 - II. a tarifação dos prêmios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedidos, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não reconhece ativos ou passivos relativos a prêmios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

1. Modelo geral de mensuração

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para mensurar os portfólios de contratos de seguro considera o produto resultante da soma:

- dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos, que compreendem:
 - i. as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro das fronteiras contratuais;
 - ii. um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros; e
 - iii. um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro
- e da margem de serviços contratuais.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A metodologia seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para apurar o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros:

- incorpora, de uma forma imparcial, todas as informações razoáveis e justificáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre a quantia, a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

calendarização e a incerteza desses fluxos de caixa futuros;

- reflete a perspectiva da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam coerentes com os preços de mercado observáveis para aquelas variáveis;
- é corrente - as estimativas refletem as condições existentes à data de mensuração, incluindo os pressupostos para o futuro vigentes nessa data
- é explícita - a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. calcula o ajustamento para os riscos não financeiros separadamente das outras estimativas. Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. também estima os fluxos de caixa separadamente do ajustamento para o valor temporal do dinheiro e para o risco financeiro.

Taxa de desconto

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., para apurar a taxa de desconto, aplica a abordagem *top-down*. Seguindo esta abordagem, a taxa de desconto que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplica resulta da *yield curve* de um portfólio de ativos subjacentes, ou seja de um portfólio de referência, ajustado de forma a refletir as características das responsabilidades.

As taxas de desconto apuradas são as seguintes:

2024	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Produtos Mistos	EUR	2,97%	2,89%	3,16%	3,34%	3,33%
Produtos Rendas	EUR	3,05%	2,97%	3,23%	3,40%	3,39%
Produtos Financeiros	EUR	2,96%	2,88%	3,13%	3,30%	3,30%
Produto Financeiro VVI	EUR	2,67%	2,58%	2,86%	3,04%	3,05%
2023	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Produtos Mistos	EUR	3,91%	2,95%	3,07%	3,33%	3,40%
Produtos Rendas	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Produtos Financeiros	EUR	3,83%	2,94%	3,05%	3,29%	3,38%
Produto Financeiro VVI	EUR	3,56%	2,59%	2,70%	2,96%	3,06%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

Neste sentido, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou por utilizar o método do *Value at Risk* para apurar o ajustamento de risco. Esta metodologia permite a seleção, à priori, do nível de confiança pretendido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para o nível de prudência a considerar no cálculo das responsabilidades com os grupos de contratos, obtendo assim um ajustamento de risco que implicitamente corresponderá ao nível de confiança definido. O nível de confiança definido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é de 75%.

Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais corresponde aos lucros não realizados que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhecerá ao prestar serviços relativos a contratos de seguro no futuro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. mensura a margem de serviços contratuais no reconhecimento inicial de um grupo de

contratos de seguro como a quantia que corresponde à ausência de rendimentos ou gastos resultantes:

- do reconhecimento inicial de uma quantia de fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- de quaisquer fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data;
- do desreconhecimento na data do reconhecimento inicial de:
 - I. qualquer ativo para fluxos de caixa de aquisição de seguro; e
 - II. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica, na data do reconhecimento inicial, um contrato de seguro como sendo oneroso se os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos a ele imputados, acrescidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros previamente reconhecidos e de quaisquer fluxos de caixa dele decorrentes nessa data de reconhecimento inicial, representarem uma saída líquida.

Quando o fluxo de caixa associado a um grupo de contratos de seguro é negativo, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece uma componente de perda em ganhos e perdas que leve a que a quantia escriturada de passivo do grupo seja igual aos fluxos de caixa ligados ao

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

cumprimento dos contratos e a que a margem de serviços contratuais do grupo seja igual a zero.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente a quantia escriturada de um grupo de contratos de seguro no final de cada período de relato corresponde à soma dos passivos de cobertura remanescente e dos passivos para sinistros ocorridos. Os passivos de cobertura remanescente correspondem aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros imputados ao grupo nessa data e à margem de serviços contratuais do grupo de contratos nessa data. Os passivos para sinistros ocorridos compreendem os fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos, incluindo eventos que já ocorreram para os quais ainda não foram reportados sinistros e outras despesas de seguro incorridas.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. atualiza os valores dos fluxos de caixa futuros estimados no final de cada período de relato, tendo em conta atualizações nas estimativas para os mesmos, para a taxa de desconto e para o ajustamento de risco para risco não financeiro.

Margem de serviços contratuais

O valor da margem de serviços contratuais para um portfólio de contratos de seguro sem participação nos resultados no final do período

de relato é igual à quantia escriturada no início do período de relato, ajustada para refletir:

- o efeito de quaisquer novos contratos acrescentados ao portfólio;
- os juros acrescidos sobre a quantia escriturada da margem de serviços contratuais durante o período de referência, mensurados de acordo com as taxas de desconto especificadas no normativo;
- as alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros exceto na medida em que
 - i. esses aumentos dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos excedam a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou
 - ii. essas diminuições dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente
- o efeito de quaisquer variações cambiais sobre a margem de serviços contratuais; e
- a quantia reconhecida como receita de seguros devido à transferência de serviços de contratos de seguro no período, determinada pela imputação da margem de serviços contratuais

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

remanescente no fim do período de relato.

As alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com serviços futuros anteriormente referidas incluem:

- ajustamentos em função da experiência resultantes dos prémios recebidos no período que dizem respeito a serviços futuros;
- alterações nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente mensuradas com recurso às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, com exceção daquelas que se referem ao efeito do valor temporal do dinheiro e a ajustes no risco financeiro;
- diferenças entre qualquer componente de investimento não distinta com vencimento previsto no período e as componentes de investimento não distintas que efetivamente vençam no período;
- diferenças entre qualquer empréstimo a um tomador de seguro que se prevê que se torne reembolsável no período e o empréstimo efetivo a um tomador de seguro que se torna reembolsável no período.
- alterações no ajustamento pelo risco para o risco não financeiro relativos a serviços futuros.

O valor da margem de serviços contratuais inerente a um dado portfólio é reconhecido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. nos lucros ou perdas de cada período de reporte para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no âmbito desse grupo nesse período. O valor é apurado mediante:

- identificação das unidades de cobertura do grupo. O número de unidades de cobertura de um grupo é a quantidade de serviços de contratos de seguro previstos pelos contratos do grupo, determinada pela análise, para cada contrato, da quantidade das prestações previstas no quadro de um contrato e do período esperado da sua cobertura.
- a imputação da margem de serviços contratuais no final do período (antes do reconhecimento de quaisquer quantias nos resultados, para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no período), por igual, a cada unidade de cobertura prevista no atual período e para o futuro.
- reconhecimento nos resultados da quantia afetada a unidades de cobertura previstas no período.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. conclui que um grupo de contratos de seguro se torna oneroso (ou mais oneroso) na mensuração subsequente se as seguintes quantias

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

excederem a quantia escriturada na margem de serviços contratuais:

- alterações desfavoráveis relativas a serviço futuro nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos imputados ao grupo resultantes de alterações nas estimativas dos fluxos de caixa e do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

Abordagem de imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apenas a aplicou porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. considerou:

- os prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - i. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;
 - ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou por diferir os custos de aquisição ao longo da duração dos contratos.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. teve em consideração:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prêmios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como crédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

No caso da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, uma vez que o período entre

o recebimento do prémio e a prestação do serviço não é superior a um ano.

À luz do normativo a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. teria de mensurar os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de mensuração. No entanto, a norma prevê uma exceção em que não é necessário ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro se o período entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos for igual ou inferior a um ano. Esta exceção aplica-se à realidade da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. Assim para mensurar os passivos para sinistros ocorridos a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não considera o efeito temporal do dinheiro.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito. Os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, e os fluxos de caixa relativos a serviços passados são apurados através de uma percentagem dos fluxos de caixa relativos a serviços passados do seguro direto e não é aplicado ajustamento de risco.

Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apura o ajustamento relativo ao risco de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

incumprimento da contraparte com base nas probabilidades de *default* definidas pela EIOPA, à semelhança do que já é aplicado atualmente em Solvência II.

As curvas de desconto utilizadas pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são idênticas às utilizadas no seguro direto.

Contratos onerosos

Se ao longo ao período de cobertura surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, se não proceder ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não deve incluir esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou pela opção de desagregar o impacto do valor temporal do dinheiro e do risco financeiro entre resultados e outro rendimento integral.

Transição e respetivos impactos

A norma IFRS 17 'Contratos de seguro' substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emittentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emittentes de contratos de seguro.

As seguintes tabelas têm o intuito de demonstrar o impacto que a abordagem aplicada à transição tem sobre a margem de serviços contratuais e os renditos de contratos

de seguros no período subsequente, conforme previsto no parágrafo 114 do normativo.

O impacto na margem de serviços contratuais, é como segue:

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
CSM a 1 de janeiro de 2024	5 329 533	3 634 229	8 963 762
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(968 715)	(817 313)	(1 786 028)
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(2 183 407)	(2 010 592)	(4 193 999)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	597 841		597 841
Ajustamentos de experiência	2 747 546	2 886 753	5 634 299
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	163 576	8 569	172 145
Total reconhecido em rendimento integral	356 841	67 417	424 258
CSM a 31 de dezembro de 2024	5 686 374	3 701 646	9 388 020

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
CSM a 31 de dezembro de 2022	4 340 274	3 143 708	7 483 982
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(833 302)	(697 069)	(1 530 371)
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(2 216 647)	340 476	(1 876 171)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	869 349	-	869 349
Ajustamentos de experiência	3 028 693	846 002	3 874 695
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	141 166	1 112	142 278
Total reconhecido em rendimento integral	989 259	490 521	1 479 780
CSM a 31 de dezembro de 2023	5 329 533	3 634 229	8 963 762

O impacto nos renditos de contratos de seguros, é como segue:

2024	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Réditos de contratos de seguro	16 571 027	3 399 873	19 970 900
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	13 825 417		13 825 417
Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	2 745 610	3 399 873	6 145 483
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	1 536 933	2 376 515	3 913 448
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	50 656	192 518	243 174
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	968 715	817 313	1 786 028
Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	189 306	13 527	202 833

2023	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Réditos de contratos de seguro	16 256 026	3 700 551	19 956 577
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	13 976 592		13 976 592
Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	2 279 434	3 700 551	5 979 985
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	1 178 281	2 697 953	3 876 234
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	142 762	294 765	437 527
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	833 302	697 069	1 530 371
Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	125 089	10 764	135 853

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Os imóveis encontram-se a ser valorizados pelo modelo de revalorização, sendo objeto de avaliação externa independente.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da

Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Reconhecimento inicial

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio para a gestão dos instrumentos tal como descrito abaixo. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data da transação e mensurados pelo seu justo valor. Com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, os custos de transação são adicionados a este valor.

Categorias de mensuração

A Companhia classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para a gestão dos ativos e nos termos contratuais do ativo.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia determina o seu modelo de negócio ao nível que melhor reflete a forma como gere os grupos de ativos financeiros para atingir o seu objetivo de negócio.

A Companhia detém ativos financeiros para gerar retornos e fornecer uma base de capital para a regularização de sinistros à medida que estes surgem. A Companhia considera o momento, o montante e a volatilidade dos requisitos de fluxos de caixa para suportar as carteiras de responsabilidades de seguros na determinação do modelo de negócio para os ativos, bem como o potencial para maximizar o retorno para os acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio.

O modelo de negócio da Companhia não é avaliado instrumento a instrumento, mas a um nível agregado. A frequência, o valor e o momento previstos para a venda de ativos são também aspetos importantes da avaliação.

Os modelos de negócio previstos são:

- HTC (Hold to Collect) - Deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros).
- HTC&S (Hold to Collect & Sale) - Modelo de gestão híbrido de deter os ativos até à

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros) e vender sempre que exista oportunidades de mercado ou necessidade para fazer face a responsabilidades no âmbito de compromissos assumidos com clientes.

- Outros Modelos de Negócio - Opção de Justo Valor (títulos pertencentes a carteiras unit-linked ou de trading).

Teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest)

Como segundo passo do processo de classificação, a Companhia avalia os termos contratuais dos ativos para identificar se estes cumprem o teste SPPI.

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de dívida são tipicamente a consideração do valor temporal do dinheiro e o risco de crédito. Para fazer a avaliação do SPPI, a Companhia aplica o seu julgamento e considera fatores relevantes, tais como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período para o qual a taxa de juro é definida.

As categorias são as seguintes:

- Custo amortizado
- Justo valor através de reservas (FVOCI)
- Justo valor através de resultados (FVPL)

I. Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos de dívida são detidos ao custo amortizado se ambas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Os instrumentos são detidos no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter o instrumento para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento de dívida dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida, ou seja, cumprem o estabelecido no denominado Teste SPPI.

Esta categoria corresponde aos ativos anteriormente classificados como HTM – Deter até à maturidade (IAS 39) e que agora são classificados como Custo Amortizado (CA), assumindo explicitamente um modelo de negócio segregado dos demais ativos e o objetivo de manutenção dos mesmos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais.

II. Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

A Companhia aplica a nova categoria ao abrigo da IFRS 9 para instrumentos de dívida mensurados ao FVOCI quando ambas as condições seguintes são cumpridas:

- O instrumento é detido no âmbito de um modelo de negócio, cujo objetivo é tanto

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

a recolha de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros;

- Os termos contratuais do ativo financeiro cumprem o teste SPPI.

Estes instrumentos incluem maioritariamente instrumentos de dívida que tinham sido anteriormente classificados como disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39. Os instrumentos de dívida nesta categoria são aqueles que se destinam a ser detidos para receber fluxos de caixa contratuais e que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou em resposta a alterações nas condições de mercado.

III. Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros desta categoria são os que são geridos segundo um modelo de negócio de justo valor, ou que foram designados pela gestão no momento do reconhecimento inicial, ou que são obrigados a ser mensurados ao justo valor nos termos da IFRS 9. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida cujas características de fluxos de caixa não cumprem o critério SPPI ou não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em receber fluxos de caixa contratuais, ou em receber fluxos de caixa contratuais e vender.

Mensuração subsequente

I. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Após a mensuração inicial, os instrumentos de dívida são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva (TJE), menos a provisão para imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou custos que são parte integrante da TJE. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas na demonstração de resultados quando os investimentos estão em imparidade.

II. Instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas

Os instrumentos de dívida registados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em OCI. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados da mesma forma que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, tal como adiante. O cálculo da ECL para instrumentos de dívida ao FVOCI é também explicado mais adiante. Quando a Empresa detém mais do que um investimento no mesmo título, considera-se que estes são alienados numa base de “FIFO”. Aquando do desreconhecimento, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos no OCI são reclassificados de OCI para ganhos e perdas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

III. Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados na demonstração da posição financeira pelo justo valor. As variações do justo valor são registadas nos resultados. Os juros vencidos relativos a ativos obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados são registados à taxa de juro contratual. Os rendimentos de dividendos de instrumentos de capital próprio mensurados ao FVPL são registados nos resultados como outros juros e proveitos similares quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido.

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

A Companhia não procede à reclassificação dos seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excecionais em que a Companhia adquire, aliena ou encerra um ramo de atividade.

Desreconhecimento

Desreconhecimento que não seja por modificação substancial

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- A Companhia transferiu o seu direito de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na totalidade e sem atrasos materiais a um terceiro segundo um acordo de “passagem”; e ou:
 - a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo do ativo.

A Companhia considera que o controlo é transferido se, e apenas se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem impor restrições adicionais à transferência.

Quando a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios e reteve o controlo do ativo, o ativo continua a ser reconhecido apenas na medida do envolvimento continuado da Empresa, caso em que a Empresa reconhece também um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Desreconhecimento devido a modificação substancial dos termos e condições

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições foram renegociados ao ponto de, substancialmente, se tornar um novo instrumento, sendo a diferença reconhecida como um ganho ou perda de desreconhecimento. No caso de instrumentos de dívida ao custo amortizado, os empréstimos recém-reconhecidos são classificados como Stage 1 para efeitos de mensuração de perdas de crédito esperadas.

Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um instrumento, a Companhia considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Alteração da moeda do instrumento de dívida;
- Introdução de uma característica de capital próprio;
- Alteração da contraparte;
- Se a modificação for tal que o instrumento deixe de cumprir o critério SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa que sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta no desreconhecimento. Com base na alteração dos fluxos de caixa descontados à TIR original, a Companhia registra um ganho ou perda de modificação.

Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos nos termos do contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva adequada.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas fases. Relativamente às posições em risco de crédito para as quais não se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Para as posições em risco de crédito relativamente às quais se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é exigida uma provisão para perdas relativamente às perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da posição em risco, independentemente do momento do incumprimento (uma ECL até ao vencimento).

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de incumprimento (com imparidade de crédito) quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

pode também considerar que um ativo financeiro está em situação de incumprimento quando informações internas ou externas indicam que é pouco provável que a Empresa receba os montantes contratuais em dívida. Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL)

A IFRS 9 altera o critério de determinação de imparidade, introduzindo o conceito de perda esperada que substitui a perda incorrida. As perdas por imparidade deverão ser reconhecidas para todos os ativos ao custo amortizado e para instrumentos de dívida ao justo valor através de OCI e não apenas quando as perdas de crédito são incorridas.

O cálculo de imparidade não é aplicável para instrumentos de capital, ou instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por resultados.

Neste enquadramento de imparidade deixa de ser necessário ocorrer um evento de perda para que sejam reconhecidas perdas por imparidade. Deverão ser reconhecidas perdas esperadas de crédito desde a data da aquisição dos ativos financeiros e atualizá-las em cada data de reporte de forma a refletir adequadamente as alterações no risco de crédito dos instrumentos financeiros.

O reconhecimento de imparidade deverá basear-se em informações históricas e atuais,

bem como estimativas futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Em particular, o reconhecimento das perdas esperadas de crédito é dependente de qual das três Stages um instrumento financeiro específico se encontra.

Os diferentes estados de imparidade:

- Stage1 – Performing - Ativos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito.
 - Para estes ativos a imparidade corresponde à perda esperada a 12 meses, ou seja, o valor de perdas esperadas até ao final do contrato que resultam de eventos de default que venham a ocorrer nos próximos 12 meses após a data do reporte (visão forward looking).
- Stage 2 – Underperforming - Ativos financeiros para os quais se observa um aumento significativo de risco face ao momento de aquisição.
 - Neste caso, a perda esperada é apurada até à data de vencimento do ativo (lifetime expected loss).
- Stage 3 – Not Performing - Os ativos financeiros com evidência objetiva de imparidade.
 - Para estes ativos existe a evidência objetiva de incumprimento/default,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

devido a entidade registar a perda total estimada.

A classificação de um ativo diretamente no Stage2, ou a passagem de Stage1 para Stage2 deverá ser efetuada tendo por base critérios que demonstrem a detioração do nível de risco. Mais à frente no documento são concretizados os critérios definidos internamente pela companhia.

Determinação da perda estimada (ECL – Expected Credit Loss)

$$ECL = \sum_{t=1}^T PD_t \times LGD_t \times EAD_t \times D_t$$

PD = Probabilidade de Default

LGD (Loss Given Default) = Perda esperada em caso de default

EAD = Exposição ao ativo

D = Taxa de Desconto

A norma estabelece algumas recomendações, das quais se destaca, a necessidade da probabilidade de default ter em conta as perspetivas económicas, numa visão forward looking. Adicionalmente, a ECL deverá ter em conta a exposição inicial, assim como os juros numa base descontada.

Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

A ECL relativas a instrumentos de dívida mensurados pelo FVOCI não reduzem a quantia escriturada destes ativos financeiros na

demonstração da posição financeira, que permanece pelo justo valor. Em vez disso, é reconhecida no OCI como um débito correspondente no resultado. O ganho acumulado reconhecido no OCI é reciclado para os lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos ativos.

Informação prospetiva

No seu modelo ECL, a Companhia baseia-se numa vasta gama de informações prospetivas de dados económicos.

Ajustamento de recibos por cobrar

As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. A IFRS 17, vem de um modo geral introduzir semelhante conceito, uma vez que se baseia em cash-flows e neste sentido, as responsabilidades assumidas têm em consideração os prémios recebidos.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se ainda necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos.

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumulada.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base

indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, exceto os valores que não estejam associados

a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças

relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida de capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Loações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e

julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou pelo prazo de recuperação dos prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis

futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Passivos de contratos de seguro

A introdução da IFRS 17 obriga a julgamentos quer na fase de transição, com a necessidade de avaliar/classificar todos os produtos em carteira, quer no decurso normal da atividade, nomeadamente com o lançamento de novos produtos.

Da análise efetuada, verificou-se que os produtos comercializados cumprem com o preconizado no normativo e como tal, os produtos no âmbito da IFRS 4 ficam no âmbito da IFRS 17 e os que no âmbito da IAS 39 ficarão no âmbito da IFRS 9. O reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro é efetuado tendo em consideração os contratos de seguro com riscos similares e que são geridos de forma conjunta, garantindo dessa forma uma visão verdadeira do desempenho da empresa.

Os passivos por contratos de seguros incluem passivos por serviços futuros, que representam

estimativas de cash-flows relativamente aos contratos em carteira, e passivos por serviços passados, relacionados com os sinistros reportados e/ou estimados, determinados de acordo com princípios atuariais.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Os passivos de contratos de seguro não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2024, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa,

suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da

mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;

- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

Neste âmbito a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. realiza um conjunto de ações de forma a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A define a elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da

Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

A análise sobre os diversos cenários pode ser observada nos quadros seguinte:

I. Contratos de seguro

	Impacto em Capital	Impacto em Resultados	Margem de Serviços Contratuais
Cenário Base	3 811 414	5 047 843	9 388 020
Taxa de Mortalidade +5%	28 790	148 194	353 723
Taxa de Mortalidade -5%	(381 383)	(510 339)	(25 839)
Resgates +10%	(248 742)	75 020	(261 577)
Despesas +10%	(137 543)	(168 647)	(302 899)
Taxa de Desconto +1%	6 585 675	83 920	100 250
Taxa de Desconto -1%	(8 187 852)	(95 925)	(113 715)

II. Ativos financeiros

Impacto de subida de 100 p.b. nas taxas de juro

Títulos	Valor de balanço	Impacto na Reserva de Reavaliação	Impacto no Resultado de Investimentos
Títulos de Rendimento Fixo	132.714.873	(3.695.226)	(436.941)
De Dívida Pública	30.660.746	(1.130.367)	(52.466)
De Outros Emissores Públicos	98.227.955	(2.475.093)	(376.462)
De Outros Emissores	3.826.173	(89.766)	(8.014)
Títulos de Rendimento Variável	36.212.612	-	(1.005.869)
Partes de Capital em Associadas	4.675.857	-	-
Ações cotadas	-	-	-
Unidades de Participação em fundos de investimento	31.536.755	-	(1.005.869)
Total	168.927.485	(3.695.226)	(1.442.810)

Impacto de descida de 100 p.b. nas taxas de juro

Títulos	Valor de balanço	Impacto na Reserva de Reavaliação	Impacto no Resultado de Investimentos
Títulos de Rendimento Fixo	132.714.873	3.966.981	488.016
De Dívida Pública	30.660.746	1.243.693	56.537
De Outros Emissores Públicos	98.227.955	2.629.475	423.173
De Outros Emissores	3.826.173	93.813	8.306
Títulos de Rendimento Variável	36.212.612	-	1.006.962
Partes de Capital em Associadas	4.675.857	-	-
Ações cotadas	-	-	-
Unidades de Participação em fundos de investimento	31.536.755	-	1.006.962
Total	168.927.485	3.966.981	1.494.977

3.1 Políticas de subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no manual de Subscrição. As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis: idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A VICTORIA Vida dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

3.2 Tarifação

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pela área do atuariado e departamento técnico. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

Como membro do *International Group Program* (IGP), a VICTORIA mantém ainda um acordo de resseguro com a seguradora *John Hancock* (gestor do IGP).

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos mais prudentes.

3.4 Resseguro

A VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira. Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro, proporcionais e não proporcionais, resumidos no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Individual	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Não Proporcional

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ramos	Prêmios 2024			Prêmios 2023		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência
Vida Individual	12 421	148	1%	13 089	707	5%
Vida Grupo	19 461	2 603	13%	18 133	4 580	25%
TOTAL	31 882	2 751	9%	31 222	5 287	17%

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

3.5 Riscos de Prémios

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez. A exposição de cada a contrato a cada um destes riscos depende da natureza do produto.

A carteira de Vida, com exposição a este risco, mantém-se essencialmente composta por seguros mistos e de risco com uma componente significativa de seguros complementares de invalidez. Por esta razão, apresenta uma maior exposição nestes produtos aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A análise deste risco é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade e invalidez baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado, aferindo-se assim a existência da necessidade ou não de uma revisão das respetivas bases técnicas.

3.6 Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à resolução dos contratos antes do termo acordado ou à cessação do pagamento de prémios, através por exemplo de resgate, anulação ou redução de apólices.

A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, quer pela Direção Técnica Pessoais, como pela área de Gestão de Riscos, Atuariado e Resseguro. Em particular, é efetuado um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

3.7 Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

Relativamente a este risco, mantém-se o acompanhamento mensal da evolução das despesas, bem como a análise do indicador do respetivo peso relativamente aos prémios brutos emitidos.

3.8 Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos significativos na mortalidade. A VICTORIA mitiga a sua exposição a este risco através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo mitigar o risco de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2024 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Títulos	2024	2023	Var %
Nacionais	11.652.717	7.074.438	64,7%
Títulos de Rendimento Fixo	6.858.184	7.000.062	-2,0%
De Dívida Pública	6.858.184	7.000.062	-2,0%
Títulos de Rendimento Variável	4.794.532	74.376	6346,4%
Partes de Capital em Associadas	4.675.857	591	791077,2%
Unidades de Participação em fundos de investimento	118.675	73.785	n.a.
Estrangeiros	157.408.224	154.304.420	2,0%
Títulos de Rendimento Fixo	125.856.293	120.828.643	4,2%
De Dívida Pública	23.802.166	11.187.748	112,8%
De Outros Emissores Públicos	3.826.173	4.222.427	-9,4%
De Outros Emissores	98.227.955	105.418.469	-6,8%
Títulos de Rendimento Variável	31.551.931	33.475.777	-5,7%
Ações cotadas	784	71.545	-98,9%
Unidades de Participação em fundos de investimento	31.551.147	33.404.232	-5,5%
Total	169.060.941	161.378.858	4,8%

O Risco de Mercado é composto pelos pontos que se apresentam de seguida.

[4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário](#)

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos é de médio e longo prazo, o risco de *mismatching* assume especial relevo, efetuando neste ponto a VICTORIA um acompanhamento periódico dos ativos afetos às responsabilidades.

Em dezembro de 2024 a taxa de cobertura ativo versus passivo foi de 128,4% (2023: 125,6%).

(un: milhares euros)

Carteira	Ativos	Provisões Técnicas	Cobertura
Groupe A	46.919,4	39.064,5	120%
Groupe B	60.707,7	31.028,7	196%
Groupe C	1.178,0	2.331,2	107%
Groupe D	1.323,1		
VI	58.962,9	55.809,5	106%
Confiança PPR	3.289,9	2.375,2	139%
Sub-Total VIDA	172.381,0	130.609,1	132,0%
VRV	3.657,3	3.657,3	100%
Invest	322,6	322,6	100%
VZ	1.333,7	1.333,7	100%
V+	3.620,0	3.620,0	100%
VGR	205,7	205,7	100%
Novo Valor PPR	1.014,3	1.014,3	100%
VGv	1.434,9	1.434,9	100%
Maximização	734,2	694,9	106%
Bluecrow	252,3	252,3	100%
Lifepan	20.897,7	20.897,7	100%
CI SPR	3.451,9	3.401,6	101%
Sub-Total ULs	36.924,7	36.835,0	100,2%
Total Vida Afectos	209.305,7	167.444,1	125,0%
Livres	5.741,6	n.a.	0,0%
TOTAL VIDA	215.047,3	167.444,1	128,4%

4.1.2 Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades,

podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2024	%	2023	%
<1 ano	26.729.705	15,8%	23.319.778	13,8%
1 a 2 anos	30.312.599	17,9%	19.665.984	11,6%
3 a 5 anos	44.577.926	26,4%	69.844.544	41,2%
6 a 10 anos	25.125.440	14,9%	21.710.338	12,8%
> 10 anos	6.028.826	3,6%	1.391.485	0,8%
Instrumentos Representativos de Capital	36.346.463	21,5%	33.550.153	19,8%
Total Geral	169.120.959	100,0%	169.482.282	100,0%

No que respeita aos passivos de contratos de seguros, as análises de maturidade requeridas

no normativo podem ser analisadas como se segue:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6-10 anos	>10 anos	Total
Passivos de contratos de seguro	18.726.570	9.801.589	10.043.220	9.521.628	8.707.497	33.911.413	42.590.483	133.302.399

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2025, a companhia deverá ter um registo líquido de saídas de cerca de 17,2

milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2024 quer através de amortizações de títulos, quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa de 23,1 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 6 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2025	
Cash-flows do Activo	23.135.183
Amortizações	20.660.869
Juros	2.474.314
Cash-flows do Passivo	(17.168.217)
Prémios	7.056.139
Montantes Pagos	(23.140.451)
Outros CF negativos	(1.083.905)
Mismatch Cash-flows activo / passiv	5.966.966

A gestão de tesouraria é efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias e garantir simultaneamente que a companhia assegura o cumprimento atempado de todos os seus compromissos. O montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo manteve-se relativamente estável, tendo subido de 3,0 para 3,5 milhões de euros, o que representa 2,1% dos ativos totais (2023: 1,9%).

Durante o ano, a exposição a ativos conservadores e de elevada liquidez manteve-se um foco importante. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública registou também um aumento assinalável, mantendo-se assim como um ativo importante: no final do exercício a exposição era de 30,7 milhões de euros (2023: 18,2) que correspondem a 18,1% da carteira de ativos (2023: 11,3%).

É ainda de referir que a VICTORIA como instrumento privilegiado de gestão de liquidez, detém aplicações em fundos de mercado monetário no montante de 23,0 milhões de euros (13,1% da carteira).

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de Investimentos.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Rating Médio	2024	%	2023	%
AAA	-	0,0%	848.844	0,5%
AA	39.929.684	23,6%	30.438.957	18,0%
A	60.890.280	36,0%	54.490.273	32,2%
BBB	27.175.878	16,1%	36.136.788	21,3%
BB	366.416	0,2%	3.069.300	1,8%
B	1.530.722	0,9%	-	0,0%
CCC	-	0,0%	-	0,0%
NR	2.881.516	1,7%	10.947.967	6,5%
Instrumentos Representativos de Capital	36.346.463	21,5%	33.550.153	19,8%
Total	169.120.959	100,0%	169.482.282	100,0%

Obs.: Os Investimentos incluem Investimentos em Ativos Financeiros com UL, Depósitos e Contas a Receber.

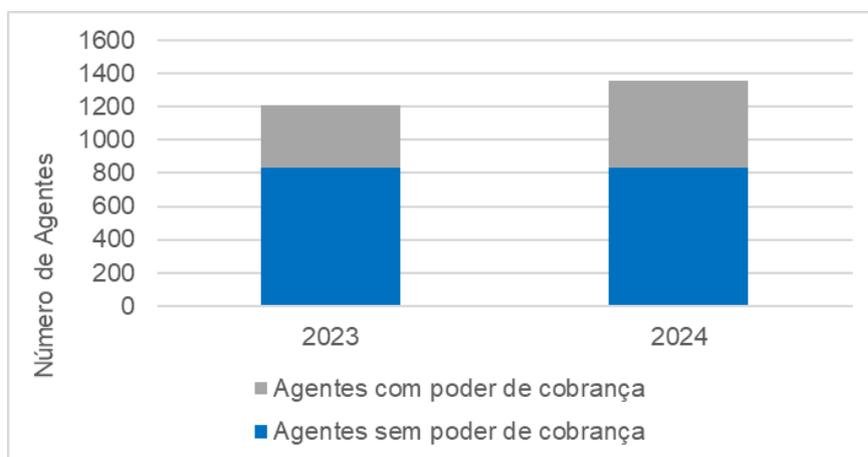
Em 2024 o perfil da carteira de investimentos manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: Cerca de 75,7% da carteira possui qualidade de investment grade, face a 71,9% em 2023. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos reduziu-se para 6,9 milhões de euros (2023: 7,2) o que corresponde a 4,1% da carteira de investimentos e composta quase exclusivamente por dívida emitida por Portugal (6,9 milhões de euros).

O valor relativo a Imparidade de Crédito, ou seja, a perda esperada para o investimento em ativos financeiros é a 31 de dezembro de 85 mil

euros, ou seja 0,05% da carteira de ativos, o que representa uma melhoria ligeira face a 2023: 106 mil euros e 0,06% da carteira de ativos.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2024, o número de mediadores com poderes de cobrança subiu ligeiramente e representa 38% do total de agentes (2023: 31%).



Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Rácio do nº de mediadores com poder de cobrança

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% para o montante dos restantes saldos em dívida;

- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3. Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

Indicadores de Cobrança	2024	2023	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	31.882.423	31.221.838	660.585
Pendentes / PBES	0,9%	1,1%	
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	4.341	15.895	(11.554)
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	1,5%	4,8%	
Provisão para recibos por cobrar	539	4.720	(4.181)
Provisão para recibos por cobrar / Total Pendentes	0,2%	1,4%	

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos teve um ligeiro crescimento para 31,8 milhões de euros (2023: 31,2), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” registado um rácio de 0,9% semelhante ao do ano transato (2023: 1,1%). A antiguidade dos prémios por cobrar reflete igualmente a

evolução do indicador de cobranças, em que o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses é de 4.341 EUR (2023: 15.895 EUR). O valor provisionado para prémios por cobrar é de 539 EUR (2023: 4.720 EUR).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2024, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro. Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
SCR	19 282 799	19 432 841
Rácio de Cobertura SCR	184,0%	177,4%
MCR	7 469 778	7 814 046
Rácio de Cobertura MCR	428,0%	397,1%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	35 477 996	34 464 388
Fundos Próprios Elegíveis MCR	31 971 951	31 027 197

Os dados relativos a 2024 poderão ser alvo de alteração, dado que o processo de certificação

se encontra em curso à data da realização do presente relatório.

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2024 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;

- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do

Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2024 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
- Acompanhamento dos diversos pedidos de informação e questionários endereçados pela ASF, dando o devido suporte às Áreas sempre que se mostrou necessário;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
- Em virtude da indisponibilidade do software “E-front”, os registos de Incidentes foram sendo efetuados numa base de dados alternativa. Após a sua compilação, os Incidentes registados foram alvo de confirmação pela função-chave de verificação do cumprimento;
- Confirmação anual da informação constante do Registo Central do Beneficiário Efetivo da sociedade;
- Elaboração dos Relatórios de Avaliação Anual e de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em abril e outubro de 2024, respetivamente;
- Reporte mensal ao MENAC, dando cumprimento à Recomendação n.º 7/2024;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Controlo diário dos Parceiros face à lista de pessoas/ entidades sancionadas, através de query;
- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
- Controlo trimestral das operações previstas no Regulamento do IMPIC n.º 603/2021, de 2 de julho;
- Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas, aos PEP e pagamentos/recebimentos para/do estrangeiro;
- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
- Ações de formação (e-learning e online) em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Envio de mailing de atualização de dados para os Clientes (Know Your Client);
- Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2024	2023
CAIXA E EQUIVALENTES	3.862	4.310
DEPÓSITOS À ORDEM	3.649.700	3.231.320
	3.653.562	3.235.630

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros

Credores por Outras Operações, no montante de Euros 180.665. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Edifício	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Varição Justo Valor	Vida útil
R Dr Carlos França 30, Loja -Torres	2024	269.410	171.000	(68.444)	80
R Gonçalo Cristóvão 13,1º Dto - Porto	2024	152.931	202.000	(15.863)	61
Av Dr Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2024	288.999	298.000	38.975	70
Av Alberto Sampaio 60 – Viseu	2024	389.122	215.000	(54.682)	80
Av da Liberdade 200 – Lisboa	2024	25.769.867	40.470.000	15.467.618	98
Av D João II 46 A e B - Setúbal	2024	331.976	235.000	(41.040)	79
Av Bernardo Santarém, 37B - Santarém	2024	362.297	170.000	(188.380)	90
Total		27.564.602	41.761.000	15.138.184	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Terrenos e Edifícios	Saldo Inicial		Aquisições / Transfº	Reavaliações	Alienações / Transfº	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					
De uso próprio							
Terrenos	220 600	-	-	21 836	-	-	242 436
Edifícios	675 600	-	-	9 793	-	8 829	676 564
Total	896 200	-	-	31 629	-	8 829	919 000
De rendimento							
Terrenos	14 803 600	-	-	461 125	-	-	15 264 725
Edifícios	24 815 600	-	-	761 675	-	-	25 577 275
Total	39 619 200	-	-	1 222 800	-	-	40 842 000
Total de Terrenos e Edifícios	40 515 400	-	-	1 254 429	-	8 829	41 761 000

Para determinação do justo valor dos imóveis, a Companhia recorre a avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.

Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, foram solicitadas avaliações a duas entidades, tendo os valores se situado entre Euros 40.470.000 e Euros 43.982.000.

Considerando o carácter prudencial pelo qual a Companhia se pauta, optou-se pelo valor de avaliação mais baixo.

O valor registado em 2023 era de Euros: 39.224.000.

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos. Em outubro de 2024, através da operação de aumento de capital da sociedade SELICOMI Portugal, Lda para 20.328.244 Euros, a percentagem de participação no capital social passou de 59% para 23%, sendo a quota atualmente detida no montante de Euros 4.675.857 (2023:Euros 591).

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, Lisboa, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 24.070.000 (2023: Euros 19.255.719). O edifício encontra-se em fase de reestruturação profunda com o objetivo de alterar significativamente o seu posicionamento no mercado, estando prevista a obtenção de Certificação Leed Core and Shell nível gold, e Pre certificação Well.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2024			2023		
	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Partici	30 665 238	1 005 368	31 670 606	32 073 298	1 476 264	33 549 562
Titulos de Dívida	15 758 324	264 522	16 022 846	18 166 413	597 773	18 764 186
Dívida Pública	5 867 035	42 914	5 824 121	3 390 921	76 217	3 467 139
De Outros Emissores Públicos	351 499	1 890	349 609	533 718	12 102	545 820
De Outros Emissores	9 977 945	229 931	9 748 014	14 086 220	509 454	14 595 674
Juros a receber	101 102		101 102	155 554		155 554
Total	46 423 562	1 269 890	47 693 452	50 239 711	2 074 037	52 313 748

Em 31 de dezembro de 2024 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor

de acordo com cotações de mercado ou informações fornecidas por ‘providers’.

De acordo com as normas IFRS 7 e IFRS 13, os ativos financeiros podem estar valorizados ao

justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a

mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis

Sector	2024					2023				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	0,2%	101.129	101.129	-	-	2,1%	1.096.705	1.096.705	-	-
Bens Consumo, Não Cíclicas	4,1%	1.932.354	1.932.354	-	-	9,1%	4.749.971	4.749.971	-	-
Industrial e Matérias Primas	1,0%	485.493	485.493	-	-	0,9%	471.153	471.153	-	-
Comunicações e Tecnologia	1,4%	687.047	687.047	-	-	1,8%	957.899	957.899	-	-
Utilities	0,8%	385.616	385.616	-	-	0,5%	275.099	275.099	-	-
Energia	2,3%	1.113.518	1.113.518	-	-	2,1%	1.096.543	1.096.543	-	-
Serviços	0,0%	-	-	-	-	0,0%	-	-	-	-
Financeiro	10,6%	5.032.724	5.032.724	-	-	11,2%	5.866.641	5.866.641	-	-
Dívida Soberana	13,2%	6.285.749	6.285.749	-	-	8,3%	4.321.721	4.321.721	-	-
Fundo Ações	17,9%	8.536.962	-	8.536.962	-	13,8%	7.218.326	-	7.218.326	-
Fundo Imobiliário	0,0%	-	-	-	-	0,0%	-	-	-	-
Fundo Commodities	0,2%	108.932	-	108.932	-	0,1%	64.041	-	64.041	-
Fundo Obrigações	48,3%	23.023.928	-	23.023.928	-	50,1%	26.195.649	-	26.195.649	-
Total Geral	100%	47.693.452	16.023.630	31.669.822	-	100%	52.313.748	18.835.731	33.478.017	-

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

A carteira de ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas apresenta a seguinte composição:

Instrumentos	2024				2023			
	Custo aquisição	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço	Custo aquisição	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	110.747.004	(84.655)	793.617	111.455.966	103.815.081	(97.691)	122.798	103.840.188
Dívida Pública	19.731.575	(1.729)	(204.984)	19.524.862	9.404.748	(765)	17.793	9.421.775
De Outros Emissores Públicos	3.487.755	(264)	(25.153)	3.462.338	3.698.997	(278)	(59.914)	3.638.806
De Outros Emissores	86.601.216	(82.662)	1.023.754	87.542.308	89.840.414	(96.648)	164.919	89.908.684
Juros a receber	926.458	-	-	926.458	870.922	-	-	870.922
Total	110.747.004	(84.655)	793.617	111.455.966	103.815.081	(97.691)	122.798	103.840.188

Dos quais:

Setores	2024					2023				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	10,2%	11.383.081	11.383.081	-	-	9,4%	9.727.012	9.727.012	-	-
Bens Consumo, Não Cíclicas	10,8%	12.045.685	12.045.685	-	-	18,9%	19.616.098	19.616.098	-	-
Industrial e Matérias Primas	6,9%	7.721.112	7.721.112	-	-	5,8%	5.995.491	5.995.491	-	-
Comunicações e Tecnologia	5,8%	6.445.832	6.445.832	-	-	8,8%	9.168.663	9.168.663	-	-
Utilities	3,8%	4.223.970	4.223.970	-	-	3,5%	3.615.191	3.615.191	-	-
Energia	1,3%	1.474.998	1.474.998	-	-	1,7%	1.751.969	1.751.969	-	-
Financeiro	38,9%	43.356.276	43.356.276	-	-	35,7%	37.041.237	37.041.237	-	-
Dívida Soberana	22,3%	24.805.012	24.805.012	-	-	16,3%	16.924.526	16.924.526	-	-
Total Geral	100%	111.455.966	111.455.966	-	-	100%	103.840.188	103.840.188	-	-

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A categoria de ativos mensurados ao custo amortizado, é composta do seguinte modo:

	2024			2023		
	Custo amortizado	Imparidade	Valor de Balanço	Custo amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	5.236.061	396	5.235.665	5.224.331	406	5.223.925
Dívida Pública	5.183.862	396	5.183.466	5.172.275	406	5.171.869
De Outros Emissores Públicos	-	-	-	-	-	-
De Outros Emissores	-	-	-	-	-	-
Acréscimos de Juros	52.199	-	52.199	52.056	-	52.056
Empréstimos e contas a receber	60.019	-	60.019	8.103.830	8.009	8.095.821
Emp. S/ apólices	60.019	-	60.019	77.729	-	77.729
Outros Empréstimos	-	-	-	7.592.042	8.009	7.584.033
Juros a receber	-	-	-	434.059	-	434.059
Total	5.296.080	396	5.295.684	13.328.161	8.415	13.319.746

Esta categoria contém os ativos anteriormente classificados como HTM – Deter até à maturidade (IAS 39) e que agora são classificados como Custo Amortizado (CA) no âmbito da IFRS9, assumindo explicitamente um modelo de negócio segregado dos demais ativos e o objetivo de manutenção dos mesmos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais. Esta categoria é composta exclusivamente por obrigações de Dívida Pública Nacionais.

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao custo amortizado. Em 2023, o montante reconhecido em Outros Empréstimos, no montante de Eur 7.592.042, respeitava a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., que na sequência da operação referida na Nota 3, foi amortizado. Fez igualmente parte desta operação o perdão de juros referentes à anuidade em curso.

NOTA 7 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A 31 de dezembro de 2024 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

	2024				TOTAL
	Seguros de Vida			Não Afectos	
	Com Participação nos Resultados	Sem Participação nos Resultados	Classificados como contrato de investimento		
Caixa e equivalentes	692 025	1 694 230	1 188 867	78 420	3 653 562
Terrenos e Edifícios	22 044 699	18 660 301	-	1 056 000	41 761 000
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	4 675 857	4 675 857
Outros investimentos financeiros	88 274 318	40 353 026	35 808 014	9 744	164 445 102
Empréstimos concedidos e contas a receber	60 019	-	-	-	60 019
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	60 019
Empréstimos sobre apólices	60 019	-	-	-	60 019
Outros	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 272 929	1 962 736	-	-	5 235 665
Títulos de Dívida	3 272 929	1 962 736	-	-	5 235 665
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	74 750 602	36 705 364	-	-	111 455 966
Títulos de Dívida	74 750 602	36 705 364	-	-	111 455 966
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	10 190 768	1 684 926	35 808 014	9 744	47 693 452
Instrumentos de Capital e Unid Participação	8 566 851	1 310 917	21 783 094	9 744	31 670 606
Títulos de Dívida	1 623 917	374 009	14 024 920	-	16 022 846
TOTAL	111 011 042	60 707 577	36 996 881	5 820 021	214 535 521

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

	2023				TOTAL
	Seguros de Vida			Não Afectos	
	Com Participação Resultados	Sem Participação nos Resultados	Classificados como contrato de investimento		
Caixa e equivalentes	867 958	1 382 268	985 223	181	3 235 630
Terrenos e Edifícios	21 401 417	18 085 783	211 000	817 200	40 515 400
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	591	591
Outros investimentos financeiros	88 822 084	45 660 351	34 989 512	9 744	169 481 691
Empréstimos concedidos e contas a receber	8 103 830	-	-	-	8 103 830
Empréstimos concedidos	8 103 830	-	-	-	8 103 830
Empréstimos sobre apólices	77 729	-	-	-	77 729
Outros	8 026 101	-	-	-	8 026 101
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 265 325	1 958 600	-	-	5 223 925
Títulos de Dívida	3 265 325	1 958 600	-	-	5 223 925
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	68 734 476	35 105 712	-	-	103 840 188
Títulos de Dívida	68 734 476	35 105 712	-	-	103 840 188
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	8 718 453	8 596 039	34 989 512	9 744	52 313 748
Instrumentos de Capital e Unid Participação	7 161 175	7 094 234	19 284 409	9 744	33 549 562
Títulos de Dívida	1 557 278	1 501 805	15 705 103	-	18 764 186
TOTAL	111 091 459	65 128 402	36 185 735	827 716	213 233 312

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A 31 de dezembro de 2024 os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1.145.373	(1.127.799)	215	-	-	(13.130)	(4.973)	13.130	12.816
Máquinas e ferramentas	101.479	(100.136)	-	-	-	-	(611)	-	732
Equipamento informático	1.083.422	(854.355)	239.673	-	-	(12.817)	(131.635)	12.817	337.105
Instalações interiores	559.327	(334.561)	-	-	-	(9.883)	(49.417)	9.883	175.349
Outro Equipamento	526.867	(526.867)	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	3.416.468	(2.943.718)	239.888	-	-	(35.830)	(186.636)	35.830	526.002
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	46.487	-	-	-	-	-	-	-	46.487
TOTAL	3.462.955	(2.943.718)	239.888	-	-	(35.830)	(186.636)	35.830	572.489

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – ATIVOS SOB DIRETO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia a 31 de dezembro de 2024, os ativos sob direito de uso estão classificados da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas / Ajustes	Saídas / Ajustes	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Viaturas	64.352	13.031	-	(64.879)	12.504	(14.074)
Total	64.352	13.031	-	(64.879)	12.504	(14.074)

A componente variável destes contratos totalizou 26.133 Euros (2023: 20.491 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2023 a análise é efetuada através do seguinte quadro:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	14.739.111	(10.700.489)	34.241	-	1.617.550	-	(1.229.929)	-	4.460.484
Activos intangíveis em curso	1.322.008	-	1.370.307	-	(1.617.550)	-	-	-	1.074.765
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.061.119	(10.700.489)	1.404.548	-	-	-	(1.229.929)	-	5.535.249

Em 2024, a implementação da Norma Contabilística IFRS17 foi ainda o projeto que concentrou uma parte significativa dos desenvolvimentos, tendo-se verificado um investimento que representou 41% do total do ano. Outros desenvolvimentos que se

salientaram em 2024, respeitam a projetos relacionados com a evolução tecnológica das plataformas digitais, representando 18% do total.

NOTA 11 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e com o mediador,

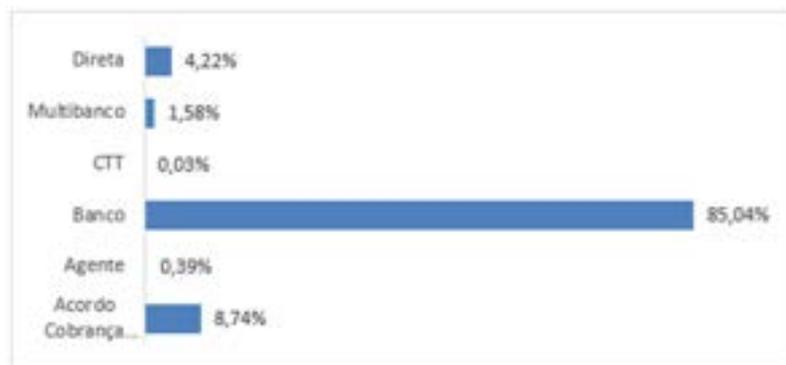
bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA. O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2024	2023
Tomadores de Seguros	78.765	51.217
Mediadores de Seguros	29.957	13.735
Imparidade	(539)	(4.720)
Sub-Total	108.183	60.232
Resseguradores	416.638	350.146
Imparidade	(62.497)	(65.505)
Sub-Total	354.141	284.641
Outros Devedores	1.776.602	2.130.660
Imparidade	(53.481)	(56.206)
Sub-Total	1.723.121	2.074.454
TOTAL	2.185.445	2.419.327

Nos termos na norma IFRS17, a mensuração das responsabilidades com contratos de seguro engloba o reconhecimento dos valores a receber relativos a contratos de seguros, que em 2024 representa Euros 292.414 (2023:

Euros 330.039). A rubrica Tomadores de Seguros encontra-se afetado nesses valores. A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023



A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 539 (2023: Euros 15.890).

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.306.051 (2023: Euros 1.836.590).

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados. Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas

individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano à ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus. Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2024 e 2023 são como segue:

	2024	2023
Benefícios de pós emprego	1 000 667	984 425
Outros Benefícios de longo prazo	(118 353)	(124 219)
Total	882 314	860 206

Dado o elevado nível de financiamento do Plano de Benefício Definido, e com autorização concedida a 12 de junho de 2024 pela ASF, a Companhia procedeu a alteração do contrato constitutivo do Fundo de Pensões VICTORIA, através da inclusão da cláusula 22ª, a qual permite a transferência de valores do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida, de acordo e para fazer face às contribuições periódicas constantes do Plano de Pensões. Esta procedimento produzirá efeitos em 2025.

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente foi objeto de

revisão, tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2024 e 2023, são como segue:

	2024	2023
	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	700.235	648.292
Justo valor dos activos do fundo	700.235	648.292
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é analisada como se segue:

	2024	2023
Ativos do Plano a 01 de janeiro	648.292	609.901
Contribuições do empregador	51.960	52.352
Rendimentos e Ganhos financeiros Líquidos	28.553	41.376
Benefícios pagos	(25.487)	(51.335)
Perdas financeiras	(45)	(158)
Outras receitas/encargos	(3.038)	(3.844)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	700.235	648.292

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2024 foi de 5,3% (6,1% em 2023).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido, tem as seguintes características:

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	3	2.801 €	934 €	79

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2024 e 2023, são como segue:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	29.354	888.060	917.414	31.845	840.258	872.103
Justo valor dos activos do fundo	1.021.358	778.371	1.799.729	970.939	761.370	1.732.309
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	992.004	(109.689)	882.315	939.094	(78.888)	860.206

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	31.845	840.258	872.103	32.572	784.051	816.623
Custo do serviço corrente	-	4.085	4.085	-	7.631	7.631
Custo de juros	1.054	26.209	27.263	1.316	29.469	30.785
(Ganhos) e perdas actuariais	111	85.083	85.194	732	78.421	79.153
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(3.656)	(67.575)	(71.231)	(2.775)	(59.313)	(62.088)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	29.354	888.060	917.414	31.845	840.258	872.103

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é analisada como se segue:

	2024			2023		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Activos do plano em 01 de Janeiro	970.939	761.370	1.732.309	919.655	784.123	1.703.778
Retorno esperado dos activos	22.527	9.745	32.272	38.808	26.028	64.836
Ganhos e (perdas) actuariais	31.548	17.964	49.512	15.252	10.532	25.784
Contribuições do empregador	-	56.867	56.867	-	-	-
Benefícios pagos	(3.656)	(67.575)	(71.231)	(2.776)	(59.313)	(62.089)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.021.358	778.371	1.799.729	970.939	761.370	1.732.309

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2024 foi de 6,1% (5,8% em 2023).

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	7.631	7.631
Custo de juros	1.054	22.305	23.359	1.316	29.469	30.785
Retorno esperado dos activos	(22.527)	(9.745)	(32.272)	(38.808)	(26.028)	(64.836)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais	-	-	-	-	-	-
Total do custo do ano	(21.473)	12.560	(8.913)	(37.492)	11.072	(26.420)

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024		2023	
	%	Valor	%	Valor
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Ações	10,42%	106.445	10,32%	100.160
Fundos de Investimento em Obrigações	75,67%	772.812	72,96%	708.395
Obrigações de Taxa Variável	0,00%	-	0,00%	-
Obrigações de Taxa Fixa	10,92%	111.523	14,76%	143.339
Mercado Monetário	0	30.578	1,96%	19.045
Total	100,00%	1.021.358	100,00%	970.939

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 54.073 e do Fundo de Multireforma foi de Euros 27.709.

Os ganhos e perdas atuariais em 2024 e 2023 reconhecidos em Reservas, são analisados como segue:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	22.728	(225.819)	(203.091)	8.208	(157.930)	(149.722)
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(111)	(98.938)	(99.049)	(732)	(78.421)	(79.153)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	31.548	17.964	49.512	15.252	10.532	25.784
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	54.165	(306.793)	(252.628)	22.728	(225.819)	(203.091)

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2024	2023
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,555%	3,310%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 9 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2024	2023	2022	2021	2020
Responsabilidade por benefícios	917.414	872.103	816.623	1.106.374	1.176.993
Justo valor dos activos do fundo	1.799.729	1.732.309	1.703.778	1.982.775	2.025.583
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	882.315	860.206	887.155	876.401	848.590

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Investimentos Financeiros	-	-	(97.698)	(45.746)	(97.698)	(45.746)
Benefícios a empregados	138.126	141.855	(223.201)	(221.496)	(85.075)	(79.641)
Provisões	34.872	55.684	-	-	34.872	55.684
Imóveis	183.624	176.925	(1.555.111)	(1.411.541)	(1.371.487)	(1.234.616)
Reserva componente seguros	-	-	(715.235)	(799.487)	(715.235)	(799.487)
Transição IFRS 9 / IFRS17	1.221.361	1.410.778	(2.281.278)	(2.632.210)	(1.059.917)	(1.221.432)
Prejuízos Fiscais	-	512.459	-	-	-	512.459
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	1.577.983	2.297.701	(4.872.523)	(5.110.480)	(3.294.540)	(2.812.779)

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2024			2023		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	94.247	(146.199)	(51.952)	439.476	(687.196)	(247.720)
Benefícios a empregados	(5.434)	-	(5.434)	(232.831)	-	(232.831)
Provisões	(20.812)	-	(20.812)	(9.676)	-	(9.676)
Imóveis	(125.670)	(11.201)	(136.871)	(240.270)	14.795	(225.475)
Reserva componente seguros	(1.014.063)	426.197	84.252	(1.014.063)	1.266.656	252.593
Transição IFRS 9 / IFRS17	161.515	-	161.515	135.716	-	135.716
Prejuízos fiscais	(51.188)	-	(51.188)	30.329	-	30.329
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	(961.405)	268.797	(20.490)	(891.319)	594.255	(297.064)

O montante de reporte fiscal relativamente a prejuízos fiscais, por força da evolução dos resultados, foi em 2024 consumido na sua totalidade.

Adicionalmente, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de

Sociedades, uma vez que integra o perímetro fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2024 e 2023 é analisado como segue:

	2024	2023
Imposto Corrente	(694.446)	(69.371)
Imposto Diferido	(289.287)	(891.319)
Imposto Exercício	(983.733)	(960.690)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2024	2023	Varição
Imposto Corrente	(821.702)	952.504	(1.774.206)
Investimentos Financeiro	(97.698)	(5.666)	(92.032)
Imóveis	(8.769)	(55.893)	47.124
Reserva componente seguros	(715.235)	1.014.062	(1.729.297)
Imposto Diferido	(1.717.248)	(3.760.250)	2.043.002
Investimentos Financeiro	(99.913)	(45.746)	(54.167)
Imóveis	(55.893)	2.432	(58.325)
Reserva componente seguros	(1.561.442)	(3.716.936)	2.155.494
Total imposto reconhecido reservas	(2.538.950)	(2.807.747)	268.797

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
RESULTADO ANTES IMPOSTO	3 972 772	3 173 526
Taxa Imposto	21,00%	21,00%
Imposto Calculado com base taxa imp	(834 282)	(666 440)
Imposto Diferido - ajuste dif temporaria	(21 128)	(258 901)
Prejuízos fiscais utilizados	21 057	-
Outros proveitos e custos excluidos tri	-	1 799
Benefícios fiscais e Rendimento Art. 94	-	32 223
Imposto Autonomo (Trib. Autonomo+C	(149 380)	(69 371)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(983 733)	(960 690)
Taxa efetiva	24,76%	30,27%

A redução da taxa efetiva de imposto registada, deve-se essencialmente à significativa diminuição do imposto diferido em conjunto com o aumento do resultado antes de imposto.

Este efeito foi, contudo, e ainda assim, parcialmente compensado pelo aumento da tributação autónoma em 2024.

NOTA 14 - ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Os ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro, segmentados em linha com o

estabelecido na tabela 1 da ASF, são os seguintes:

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Contratos de seguro emitidos	153.482	130.290.830	189.440	134.308.385
Seguros com participação nos resultados	153.482	102.556.507	189.440	107.038.672
Seguros ligados a fundos de investimento	-	-	-	-
Outros seguros de vida	-	27.734.323	-	27.269.713
Com opções e garantias	-	21.803.773	-	21.258.367
Sem opções e garantias	-	5.930.550	-	6.011.346
Contratos de resseguro cedidos	501.749	-	556.665	-

Para o apuramento das responsabilidades com os contratos de seguro, são tidos em consideração os seguintes princípios:

Cenários económicos futuros e pressupostos financeiros:

O apuramento da evolução futura esperada da carteira de ativos foi baseado numa abordagem determinística. Estes resultados irão influenciar os montantes da participação

nos resultados futura e as garantias financeiras contratuais.

Tendo por base a composição dos portfólios de ativos em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos futuros foram derivados a partir de cenários estocásticos gerados para cada classe de ativos.

Taxa de inflação:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

O pressuposto da taxa de inflação a ser considerado no fecho de 31 de dezembro de 2024 foi revisto, conforme divulgado no

Boletim Económico de outubro 2024, pelo Banco de Portugal:

Ano	Taxa de Inflação	
	31/12/2024	31/12/2023
2024	2,60%	2,90%
2025	2,00%	2,00%
2026	2,00%	2,00%
2027	2,00%	2,00%
2028	2,00%	2,00%

Face ao ano anterior, houve uma redução da inflação estimada para o ano de 2024, em que reduziu de 2,9% para 2,6%.

Fatores de descontinuidade:

Como fatores de descontinuidade utilizados podemos referir as taxas de anulação, resgate e redução de contratos. Foram utilizados dados condizentes com histórico (últimos cinco anos) e experiência da Companhia, tendo sido os respetivos fatores apurados através de valores médios.

Anualmente é efetuada a comparação histórica das anulações, resgates e reduções reais versus os valores esperados.

Mortalidade/longevidade:

A derivação do pressuposto de mortalidade utilizada para os produtos da Companhia, excluindo as Rendas Vitalícias, baseou-se na análise dos últimos 5 anos entre a comparação dos valores reais contabilizados em custos com sinistros por morte e os resultados projetados em 31 de dezembro do ano anterior.

Invalidez

Para a determinação do pressuposto de invalidez, a Companhia considerou probabilidades diferentes por classe de produto. As tábuas de invalidez correspondem às tabelas de prémios, ponderadas pelo tipo de invalidez (invalidez profissional, invalidez para qualquer profissão e invalidez absoluta e definitiva), em cada classe de negócio e respetivo portfolio. A atualização do pressuposto considera a análise nos últimos 5 anos de histórico relativamente ao peso dos custos com sinistros de invalidez sobre os prémios. Anualmente é efetuada a comparação histórica dos sinistros de invalidez reais versus os valores esperados.

Renovações de prémios regulares e novo negócio:

Na avaliação das responsabilidades em IFRS17, são consideradas todas as apólices em vigor na data de reporte. Foram incluídos os prémios de contratos em vigor à data de reporte em que a perspetiva de recebimento dos prémios era significativa, embora o pagamento não seja

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

exigível para efeitos de garantia das condições contratadas.

Despesas/custos unitários por apólice e portfólio:

Na avaliação das responsabilidades em IFRS 17, a imputação de custos tem por base um modelo de custos unitários por apólice para o total de custos de aquisição e de administração, em conformidade com o montante relativo às despesas atribuíveis e não atribuíveis da Companhia.

-Taxas garantidas e participação nos resultados:

A remuneração dos produtos financeiros encerrados comercialmente é definida discricionariamente pela VICTORIA para cada ano civil (mínimo de 0). Os bônus são projetados tendo em conta, os rendimentos esperados para cada uma das carteiras de investimentos, a evolução das respetivas responsabilidades, o saldo da conta financeira de cada produto e o histórico de participação

de resultados. Os rendimentos estimados para as diferentes carteiras de investimento, são projetados com base na média de 5 cenários apurados estocasticamente, considerando os seguintes pressupostos e inputs:

- Carteira de Investimentos à data;
- Geração dos rendimentos com base na curva EIOPA;
- Calibração da ferramenta ESG (propriedades market neutral)

As seguintes tabelas têm o intuito de conciliar os montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados conforme previsto nos parágrafos 100 e 101 do normativo. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. dividiu as reconciliações efetuadas por seguro direto e resseguro cedido.

A evolução dos passivos de contratos de seguro direto em 2024, é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem da alocação de prêmio		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro 2024	118.203.012	1.228.898	6.061.466	8.625.569	-	134.118.945
Rendimentos de seguros	(19.970.900)	-	-	-	-	(19.970.900)
Gastos de serviços de seguros	3.481.990	(50.191)	4.411.951	8.212.711	-	16.056.461
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros	-	-	4.510.526	7.958.656	-	12.469.182
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	(98.575)	254.055	-	155.480
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	-	(50.191)	-	-	-	(50.191)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.481.990	-	-	-	-	3.481.990
Componentes de investimento	(21.500.390)	-	21.500.390	-	-	-
Resultado de serviços de seguros	(37.989.301)	(50.191)	25.912.341	8.212.711	-	(3.914.439)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	3.359.451	43.590	-	-	-	3.403.041
Total reconhecido em rendimento integral	(34.629.849)	(6.601)	25.912.341	8.212.711	-	(511.397)
Fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	33.781.849	-	-	-	-	33.781.849
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	-	-	(26.010.916)	(7.958.657)	-	(33.969.573)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(3.282.476)	-	-	-	-	(3.282.476)
Total fluxos de caixa	30.499.373	-	(26.010.916)	(7.958.657)	-	(3.470.200)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2024	114.072.536	1.222.297	5.962.891	8.879.623	-	130.137.348

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem da alocação de prêmio		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	119.678.814	1.033.320	5.982.450	6.731.924	-	133.426.509
Rendimentos de seguros	(19.956.577)	-	-	-	-	(19.956.577)
Gastos de serviços de seguros	3.701.316	166.143	4.556.617	9.680.748	-	18.104.824
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros	-	-	4.477.601	7.787.103	-	12.264.705
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	79.016	1.893.644	-	1.972.660
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	-	166.143	-	-	-	166.143
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.701.316	-	-	-	-	3.701.316
Componentes de investimento	(19.902.560)	-	19.902.560	-	-	-
Resultado de serviços de seguros	(36.157.821)	166.143	24.459.177	9.680.748	-	(1.851.753)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	6.958.466	29.435	-	-	-	6.987.901
Total reconhecido em rendimento integral	(29.199.355)	195.578	24.459.177	9.680.748	-	5.136.148
Fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	31.589.542	-	-	-	-	31.589.542
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	-	-	(24.380.162)	(7.787.103)	-	(32.167.265)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(3.865.989)	-	-	-	-	(3.865.989)
Total fluxos de caixa	27.723.554	-	(24.380.162)	(7.787.103)	-	(4.443.712)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	118.203.012	1.228.898	6.061.466	8.625.569	-	134.118.945

A evolução dos ativos de contratos de resseguro cedido em 2024, pode ser analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem	Sinistros ocorridos para contratos	
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro 2024	0	-	-	(556.665)	-
Receitas de resseguro	2.751.184	-	-	-	-
Gastos de serviços de resseguro	-	-	-	-	-
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros	-	-	-	(1.260.172)	-
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	-	54.915	-
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(938.583)	-	-	-	-
Resultado de serviços de resseguro	1.812.601	-	-	(1.205.256)	-
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	-	-	-	-	-
Total reconhecido em rendimento integral	1.812.601	-	-	(1.205.256)	-
Fluxos de caixa	-	-	-	-	-
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(2.751.184)	-	-	-	-
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	-	-	-	1.260.172	-
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	938.583	-	-	-	-
Total fluxos de caixa	(1.812.601)	-	-	1.260.172	-
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2024	0	-	-	(501.749)	-

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(153.495)	-	-	(538.966)	-	(692.461)
Receitas de resseguro	5.445.949	-	-	-	-	5.445.949
Gastos de serviços de resseguro	(1.475.203)	-	-	(2.501.391)	-	(3.976.594)
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros	-	-	-	(355.931)	-	(355.931)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	-	(2.145.460)	-	(2.145.460)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(1.475.203)	-	-	-	-	(1.475.203)
Resultado de serviços de resseguros	3.970.746	-	-	(2.501.391)	-	1.469.355
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	-	-	-	-	-	-
Total reconhecido em rendimento integral	3.970.746	-	-	(2.501.391)	-	1.469.355
Fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(5.287.600)	-	-	-	-	(5.287.600)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	-	-	-	2.483.692	-	2.483.692
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	1.470.349	-	-	-	-	1.470.349
Total fluxos de caixa	(3.817.251)	-	-	2.483.692	-	(1.333.559)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	0	-	-	(556.665)	-	(556.665)

Em 2024, as responsabilidades por serviços futuros e serviços passados de contratos de

seguro mensurados pelo modelo geral de mensuração, é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de janeiro de 2024	113.483.840	1.998.464	8.963.762	124.446.065
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	-	-	(1.786.028)	(1.786.028)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados	-	(276.955)	-	(276.955)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	456.319	-	-	456.319
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	2.971.786	1.222.212	(4.193.998)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	189.866	(199.409)	-	(9.543)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(469.628)	80.950	597.841	209.163
Ajustamentos em função da experiência	(5.593.313)	(14)	5.634.299	40.971
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(98.575)	-	-	(98.575)
Resultado de serviços de seguros	(2.543.544)	826.784	252.113	(1.464.648)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	3.150.521	80.376	172.145	3.403.041
Total reconhecido em rendimento integral	606.976	907.159	424.258	1.938.394
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	20.226.000	-	-	20.226.000
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(26.127.158)	-	-	(26.127.158)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(354.007)	-	-	(354.007)
Total fluxos de caixa	(6.255.165)	-	-	(6.255.165)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2024	107.835.651	2.905.623	9.388.020	120.129.294

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	114 504 248	3 525 815	7 483 982	125 514 045
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	-	-	(1 530 371)	(1 530 371)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados	-	(460 478)	-	(460 478)
Ajustamentos em função da experiência-relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	325 830	-	-	325 830
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	3 280 262	(1 404 091)	(1 876 171)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	(229 965)	76 887	-	(153 078)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(855 336)	145 602	869 349	159 615
Ajustamentos em função da experiência	(3 423 035)	(9)	3 874 694	451 650
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	85 460	-	-	85 460
Resultado de serviços de seguros	(816 784)	(1 642 089)	1 337 501	(1 121 372)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	6 730 884	114 738	142 279	6 987 901
Total reconhecido em rendimento integral	5 914 100	(1 527 351)	1 479 780	5 866 529
Fluxos de caixa				
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	17 760 570	-	-	17 760 570
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(24 380 162)	-	-	(24 380 162)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(314 917)	-	-	(314 917)
Total fluxos de caixa	(6 934 509)	-	-	(6 934 509)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	113 483 839	1 998 464	8 963 762	124 446 065

A seguinte tabela tem o objetivo de demonstrar o efeito sobre a demonstração da posição financeira do reconhecimento de novo

negócio, em linha com o requerido no parágrafo 108 do normativo.

Contratos de seguro emitidos	2024			2023		
	Rentáveis	Onerosos	Total	Rentáveis	Onerosos	Total
Passivos de contratos de seguro Vida						
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras excluindo o montante dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	(2.424.966)	(1.473.206)	(3.898.172)	(4.647.293)	(1.066.239)	(5.713.532)
Estimativa para os montantes dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	(153.704)	(200.517)	(354.222)	(171.689)	(143.247)	(314.936)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras	(2.578.670)	(1.673.723)	(4.252.394)	(4.818.982)	(1.209.485)	(6.028.467)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa futuras	3.223.874	1.498.147	4.722.022	5.814.681	1.069.122	6.883.803
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	(47.363)	(33.587)	(80.950)	(126.351)	(19.252)	(145.602)
Margem de serviços contratuais	(597.841)	-	(597.841)	(869.349)	-	(869.349)
Aumento nos passivos de contratos de seguro de contratos reconhecidos no período	-	(209.163)	(209.163)	-	(159.615)	(159.615)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A tabela seguinte reflete, 31 de dezembro de 2024, a libertação da margem de serviços

contratuais ao longo do tempo, conforme previsto no parágrafo 109 do normativo.

	Até 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Contratos de seguro emitidos	1.750.924	1.425.442	1.157.505	936.908	763.832	3.353.409	9.388.020

NOTA 15 – PASSIVOS FINANCEIROS DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos

contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a Companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

	C/Risco Invest	S/Risco Invest	TOTAL
Valor Inicial	20.078.401	18.146.730	38.225.131
Entradas no período	3.158.589	8.121.389	11.279.978
Montantes Pagos	5.935.291	5.120.663	11.055.954
Rendimentos (Gastos)	1.126.302	973.780	2.100.082
Encargos de Gestão	142.628	212.778	355.406
Passivos Adquiridos de out	(899)	(24.254)	(25.153)
Valor Final	18.284.474	21.884.204	40.168.678

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota

8. Adicionalmente, a Companhia avalia e regista as responsabilidades associadas à garantia de taxa, em 2024 corresponde a Euros: 3.294.353 (2023: Euros 3.217.116).

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Passivos subordinados

Em passivos subordinados, o montante registado de Euros 5.000.000 respeita ao empréstimo subordinado concedido pela VICTORIA – Seguros, S.A., com os requisitos

técnicos para reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

Passivos de Locação

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

Passivos de Locação	2024	2023
Ativos Tangíveis	12.504	51.040

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 7.415 e tem a seguinte distribuição temporal:

2025	2026	2027
3 932	2 709	774

NOTA 17 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2024	2023
Tomadores de Seguros	6.239.247	5.562.673
Mediadores de Seguros	163.091	167.851
Co-Seguros	36.634	36.634
Sub-total	6.438.972	5.767.158
Resseguradores	433.728	453.997
Outros Credores	2.239.907	2.279.054
TOTAL	9.112.607	8.500.209

Nos termos na norma IFRS17, a mensuração das responsabilidades com contratos de seguro engloba o reconhecimento dos valores a pagar relativos a contratos de seguros, que em 2024 representa Euros 13.936 (2023: Euros 20.670). A rubrica Mediadores de Seguros encontra-se afetada nesses valores.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de

Euros 5.711.352 (2023: Euros 4.856.356) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 1.776.089 (2023: Euros 1.777.644) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

NOTA 18 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2024	2023
Rendas e Alugueres	3.108	3.108
Outros acréscimos e	77.765	134.595
Total	80.873	137.703

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2024	2023
Férias e subsídio de férias	413.409	421.752
Outros encargos com pessoal	102.319	104.384
Incentivos comerciais e de	777.736	804.159
Rendas e alugueres	289.694	302.987
Outros acréscimos e	453.933	793.653
Total	2.037.091	2.426.935

NOTA 19 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de

junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

II. Reservas de Reavaliação

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2023, as seguintes alterações:

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
Por ajustamentos de Activos Financeiros	122.798	516.024	154.796	793.617
Títulos de Dívida	122.798	516.024	154.796	793.617
Dívida Pública	17.793	(226.783)	4.007	(204.984)
De Outros Emissores Públicos	(59.914)	30.957	3.804	(25.153)
De Outros Emissores	164.919	711.850	146.985	1.023.754
Por ajustamentos de Terrenos e Edifícios	237.601	49.786	-	287.387
Provisão para perdas de créditos	97.690	(817)	(12.218)	84.655
Títulos de Dívida	97.690	(817)	(12.218)	84.655
Dívida Pública	765	1.245	(280)	1.729
De Outros Emissores Públicos	277	93	(106)	264
De Outros Emissores	96.648	(2.154)	(11.832)	82.662
Total	458.089	564.993	142.577	1.165.659

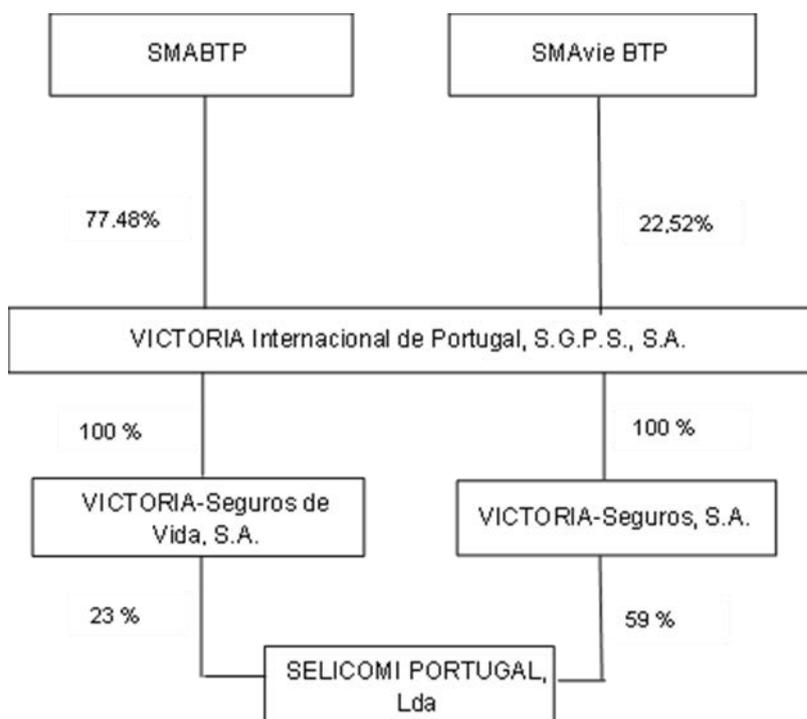
III. Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos

10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2024, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	Victoria Internacional I - SGPS	Victoria-Seguros, SA	Selicomi	ASEFA	SMABTP	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Prémios Adquiridos de Seguro Direto	-	-	-	42.077	-	-	-	-
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	-	-	-	-	(283.147)	-	-	(11.638)
Rendimentos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Proveitos	-	-	-	42.077	(283.147)	-	-	(11.638)
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg	-	-	-	-	(200.000)	-	-	(849)
Custos com sinistros - parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	(5.400)
Variação Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Gastos Gerais e Administrativos	141.174	200.548	-	-	-	100.180	30.000	-
Total dos Custos	141.174	200.548	-	-	(200.000)	100.180	30.000	(6.249)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2024	(141.174)	(200.548)	-	42.077	(83.147)	(100.180)	(30.000)	(5.389)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2023	(156.350)	(200.000)	557.100	47.331	(47.194)	(102.973)	(30.000)	(6.383)

BALANÇO	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seguros, SA	Selcomi	ASIFA	SMAIJP	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Ativo	--	--	--	--	--	--	--	--
Empréstimos e contas a receber	--	--	--	--	--	--	--	--
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	--	--	--	--	125 240	--	--	4 000
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1 306 051	--	108 310	--	200 000	--	--	--
Total do Ativo	1 306 051	--	108 310	--	325 240	--	--	--
Passivo	--	--	--	--	--	--	--	--
Passivos Subordinados	--	5 000 000	--	--	--	--	--	--
Depósitos recebidos de resseguradores	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros Credores por operações de seguro e outras	--	1 776 089	--	--	164 130	--	--	2 422
Total do Passivo	--	6 776 089	--	--	164 130	--	--	2 422
Líquido Ativo / (Passivo) 2024	1 306 051	(6 776 089)	108 310	--	161 130	--	--	2 422
Líquido Ativo / (Passivo) 2023	1 671 860	(6 777 644)	7 592 042	--	(57 171)	--	--	(12 619)

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos

financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos. Em 2024, a entidade SELICOMI realizou um aumento de capital, conforme mencionado na nota 3.

NOTA 21 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

Não existem garantias prestadas pela Companhia.

19.289.518 (2023: Euros 16.559.266), dos quais Euros 2.300.966 (2023: Euros 2.207.131) têm taxa garantida.

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Companhia era de Euros

VI – NOTAS À CONTA DE GANHO E PERDAS

Relativamente ao Seguro de Vida, e no que respeita à análise dos prémios emitidos, temos a seguinte composição:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Prémios brutos emitidos de seguro directo	2024	2023
Relativos a contratos individuais	12.421.355	13.089.021
Relativos a contratos de grupo	19.418.991	18.085.486
Relativos a contratos de grupo em LPS	42.077	47.331
	31.882.423	31.221.838
Periódicos	18.923.820	19.097.510
Periódicos em LPS	42.077	47.331
Não Periódicos	12.916.526	12.076.997
	31.882.423	31.221.838
De contratos sem participação nos resultados	10.145.922	10.020.650
De contratos com participação nos resultados	21.694.424	21.153.857
De contratos com participação nos resultados em LPS	42.077	47.331
	31.882.423	31.221.838
De contratos mensurados pela alocação de prémio	14.698.399	14.682.144
De contratos mensurados pela alocação de prémio em LPS	42.077	47.331
De contratos mensurados pelo modelo geral de mensuração	17.141.947	16.492.363
De contratos mensurados pela abordagem da comissão	-	-
	31.882.423	31.221.838

A VICTORIA iniciou em 2016, junto das autoridades competentes, o processo de autorização para explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida. O impacto

desse negócio, na receita de prémios de 2024 foi de 42.077€ (em 2023: 47.331€).

Os sinistros pagos de contratos de seguros, são analisados da seguinte forma:

Sinistros Montantes pagos	2024	2023
Vida	26.065.769	25.461.513
Vencimentos	8.835.685	9.446.460
Capitais morte ou Invalidez	4.382.248	3.760.318
Rendas	3.221.508	3.031.051
Resgates	9.582.650	9.186.708
Outras	43.678	36.976

Nas notas seguintes, efetua-se a análise das componentes do resultado de contratos de seguros, de acordo com os modelos de

mensuração preconizados pela norma e de aplicação pela Companhia.

NOTA 22 – RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos proveitos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2024	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	6.145.483	13.825.417	19.970.900
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	3.913.448		3.913.448
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	243.174		243.174
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.786.028		1.786.028
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	202.833		202.833
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		13.825.417	13.825.417
2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	5.979.985	13.976.592	19.956.577
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	3.876.234		3.876.234
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	437.527		437.527
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.530.371		1.530.371
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	135.853		135.853
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		13.976.592	13.976.592

NOTA 23 – GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos gastos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2024	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(4.680.835)	(11.375.625)	(16.056.461)
<i>Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros</i>	(4.626.768)	(7.842.414)	(12.469.182)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(202.833)	(3.279.157)	(3.481.990)
Alterações relativas a serviços passados	98.575	(254.055)	(155.480)
Alterações relativas a serviços futuros	50.191	-	50.191
2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(4.668.121)	(13.436.703)	(18.104.824)
<i>Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros</i>	(4.287.109)	(7.977.596)	(12.264.705)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(135.853)	(3.565.463)	(3.701.316)
Alterações relativas a serviços passados	(79.016)	(1.893.644)	(1.972.660)
Alterações relativas a serviços futuros	(166.143)	-	(166.143)

NOTA 24 – RESULTADO DE CONTRATOS DE RESSEGURO

A análise efetuada ao resultado de contratos de resseguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2024	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	-	2 143 839	2 143 839
<i>Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros</i>	-	2 198 755	2 198 755
Alterações relativas a serviços passados	-	(54 916)	(54 916)
Gastos de contratos de resseguro	-	(2 751 184)	(2 751 184)
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>	-	(2 751 184)	(2 751 184)
Resultado de contratos de resseguro – 31 de dezembro de 2024	-	(607 345)	(607 345)

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	-	3.976.594	3.976.594
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros		3.958.895	3.958.895
Alterações relativas a serviços passados		17.699	17.699
Gastos de contratos de resseguro	-	(5.445.949)	(5.445.949)
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		(5.445.949)	(5.445.949)
Resultado de contratos de resseguro – 31 de dezembro de 2023	-	(1.469.355)	(1.469.355)

NOTA 25 – COMPONENTE FINANCEIRA DE CONTRATOS DE SEGURO

- I. Os resultados da componente financeira com impacto em resultado, são analisados como segue:

	Modelo geral de	
	2024	2023
Perdas da componente financeira de contratos de seguro reconhecida em resultados	1.508.829	1.358.323
Valor atual estimado dos fluxos de caixa	1.256.308	1.101.307
Margem de serviços contratual	172.145	142.279
Ajustamento de risco	80.376	114.738
Perdas da componente financeira de contratos de seguro reconhecida em outro rendimento integral	1.894.212	5.629.577
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	1.894.212	5.629.577

- II. Os resultados da componente financeira com impacto em Capital, são analisados como segue:

Modelo geral de mensuração	Contratos seguro
Perdas da componente financeira 01.01.2023	17.642.353
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	(5.629.578)
Perdas da componente financeira 31.12.2023	12.012.775
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	(1.894.212)
Perdas da componente financeira 31.12.2024	10.118.563

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

NOTA 26 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	2024	2023
Encargos Subscrição	3 090	4 104
Comissão de Gestão	354 982	342 501
Encargos Resgate	36 222	30 919
	394 294	377 524

NOTA 27 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2024	2023
Terrenos e Edifícios	2.314.023	2.162.292
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	151.904
Outros investimentos financeiros	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-
Depósitos	8.000	4.346
Empréstimos concedidos - outros	1.749	405.335
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-
Títulos de Dívida	161.229	174.974
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	-	-
Títulos de Dívida	3.113.215	2.689.501
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	-	-
Instrumentos de Capital e Unid Participação	67.251	6.607
Títulos de Dívida	248.824	326.956
TOTAL	5.914.291	5.921.915

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 28 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESERVAS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida	3 739	(17 397)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Títulos de Dívida		4 593
Terrenos e Edifícios	1 204 642	2 386 544
	1 208 381	2 373 740

NOTA 29 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2024		2023	
	VALIAS REALIZADAS	VARIAÇÃO JUSTO VALOR	VALIAS REALIZADAS	VARIAÇÃO JUSTO VALOR
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	537 219	1 269 890	228 899	2 074 037
Instrumentos de Capital e Unid Participação	418 385	1 005 368	224 755	1 476 264
Títulos de Dívida	118 834	264 522	4 145	597 773
TOTAL	537 219	1 269 890	228 899	2 074 037

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

PASSIVOS FINANCEIROS	2024	2023
Gastos em passivos	(2.689.202)	(2.753.070)
Ganhos em passivos	589.120	819.389
TOTAL	(2.100.082)	(1.933.681)

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2024	2023		2024	2023
Outros gastos técnicos	-	-	Outros rendimentos técnicos	-	-
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	45.133	4.604	Por gestão Fundos de Pensões	208.552	203.388
Por outros	2.407	5	Por outros	9.190	6.444
Sub-total	47.540	4.609	Sub-total	217.742	209.832
Total	170.202	205.223	Total	-	-

NOTA 31 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÕES)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da Companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para fazer face a

responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/	Saldo final
Outras Provisões	125.773	-	86.766	-	39.007

NOTA 32 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

	2024	2023		2024	2023
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	-	-	Restituição impostos	-	-
Quotizações diversas e donativos	9 400	12 125	Outros rendimentos e ganhos	55 258	47 092
Outros gastos e perdas	5 902	44 512			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	10 028	6 239	Juros obtidos	35	3 416
Outros gastos e perdas	43 939	6 269	Outros rendimentos e ganhos	296	224
Diferenças cambio desfavoráveis	3 893		Ajustamentos		
Ajustamentos			De recibos por cobrar	4 182	12 422
De recibos por cobrar	-	-	De créditos de cobrança duvidosa	5 733	15 580
De créditos de cobrança duvidosa	-	-	Ganhos em Activos Tangíveis	647	2 349
Perdas em Activos Tangíveis	-	-	Outros	-	3 000
Sub-total	73 162	69 145		66 151	84 083
Total	(7 011)	14 938			

NOTA 33 – GASTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

A composição dos gastos por natureza são analisados como se segue:

	2024	2023
Despesas com Pessoal	4.568.526	4.483.097
Fornecimento e Serviços Externos	3.312.755	3.566.988
Impostos e Taxas	64.460	64.946
Amortizações do Exercício	1.490.273	1.380.105
Juros Suportados	214.623	211.372
Comissões	180.793	181.242
Remunerações de mediação	2.386.534	2.835.934
Total	12.217.964	12.723.684

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários do Revisor Oficial de Contas e da sua rede e apresenta a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 57.551 Euros;

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II e outros serviços de garantia de fiabilidade, no montante de 29.100 Euros;

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 16.888 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA

Para efeitos da norma IFRS 17, os gastos são repartidos entre:

Atribuíveis: são parte integrante do passivo de contrato de seguro, uma vez que fazem parte da projeção dos fluxos de caixa futuros e correspondem a:

- Gastos de aquisição - relacionados com a aquisição de novos contratos de seguro; e
- Outros gastos de seguro - relacionados com a prestação de negócios de seguro, nomeadamente gastos administrativos e de gestão de sinistros;

Não atribuíveis: são gastos relacionados com o cumprimento de negócios de seguro existentes

ou que não podem ser diretamente atribuídos aos portfólios, pelo que são excluídos da projeção dos fulfilment cash flows, tais como:

- Gastos excluídos do âmbito - gastos de desenvolvimento de produto e gastos com formação; eventos e outros custos relacionados com marketing; despesas com corporate governance, nomeadamente as relacionadas com o suporte para cumprimento de reporte estatutário e regulamentar.

Para a concretização deste objetivo, os custos são analisados por natureza e posteriormente por função/centro de custos ou seja, no caso de despesas com o pessoal é avaliada a função do recurso e o contributo na gestão do contrato de seguro, e nas restantes despesas através da estrutura de centros de custo, é avaliada essa mesma contribuição na gestão dos contratos de seguro.

Em simultâneo, a afetação pelas diferentes funções, isto é, sinistros, aquisição, administrativo e investimentos, é efetuada de acordo com o contributo de cada função e centro de custos no desempenho de cada área. A análise por função dos contratos de seguros, desagregada entre gastos atribuíveis e não atribuíveis a contratos de seguro, é analisada da seguinte forma:

	2024			2023		
	Contratos de Seguro		Contratos Investimento	Contratos de Seguro		Contratos Investimento
	Atribuíveis	Não Atribuíveis		Atribuíveis	Não Atribuíveis	
Custos com sinistros	637 794	379 431	-	682 051	344 117	-
Custos de aquisição	3 629 749	771 046	332 060	3 872 372	748 820	155 609
Custos administrativos	2 629 922	1 653 598	162 264	3 047 615	1 461 599	142 339
Custos com investimentos	-	1 402 664	368 706	-	1 260 546	399 565
Custos Gestão Fundos de Pensões	-	250 730	-	-	609 051	-
Total	6 897 465	4 457 469	863 030	7 602 038	4 424 133	697 513

NOTA 34 – GASTOS COM O PESSOAL

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o

exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 80 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2024	Nº Médio de Empregados 2023
Quadros superiores	17	17
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	15	17
Profissionais qualificados	35	37
Profissionais semi – qualificados	6	1
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	80	79

Montante das despesas com o pessoal: Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios

findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

Rubricas	2024	2023
Remunerações		
dos órgãos sociais	270.750	241.076
do pessoal	3.193.151	3.221.864
Encargos sobre remunerações	808.266	818.597
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	51.960	52.352
Planos de benefício definido	(8.913)	(26.421)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	20.506	-
Seguros obrigatórios	104.555	79.979
Gastos de acção social	26.971	19.469
Outros gastos com pessoal	101.280	76.181
Total de custos com pessoal	4.568.526	4.483.097

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são

constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no Grupo, o que significa que a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno

- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Orgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Comissão Executiva	2	276.008	279.597
Diretores	11	448.807	792.438
Responsáveis	23	536.724	1.012.480
	36	1.261.539	2.084.515

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Conselho Executivo é composto pelo Administrador-Delegado e por um

Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2024	2023
Conselho de Administração			277.209	260.829
Presidente	Jacques Chanut	Outras remunerações	-	-
Vogal e Presidene da Comissão Executiva	Francisco Campilho	Outras remunerações	207.559	197.754
		Bónus Anual	69.650	63.075
Vogal	Carlos Suárez	Outras remunerações	-	-
		Bónus Anual	-	-
Conselho Fiscal			26.000	26.000
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	-	-
Vogal	Célia Maria Custódio	Outras remunerações	13.000	13.000
Vogal	Eduardo Roque Rêgo	Outras remunerações	13.000	13.000

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Após a adoção das normas contabilísticas IFRS 17 e IFRS 9 em 2023, 2024 foi o primeiro ano de consolidação e otimização de processos, sistemas informáticos, bases de dados e até mesmo das equipas de trabalho diretamente envolvidas. Nos anos subsequentes, o processo tenderá a estabilizar, a consolidar-se ainda mais, atingindo patamares de maturidade superiores. Desta forma, o mercado segurador ficará dotado de uma capacidade acrescida em reforçar a transparência, a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, e, por conseguinte, em providenciar informação mais adequada sobre o negócio, possibilitando aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

Outros eventos que não estejam relacionados com o normativo contabilístico, mas que também influenciam significativamente a

atividade das empresas, em particular a atividade seguradora, encontram-se abaixo descritos.

O conflito na Ucrânia, iniciado em finais de fevereiro de 2022, após a invasão por tropas russas, persiste como uma realidade de perspetivas de resolução bastante remotas. A nova administração norte-americana parece empenhada e envolvida num conjunto de ações que possam conduzir ao desejado fim do conflito. Contudo, dois anos após o seu início, é difícil prever em que data e, sobretudo, de que forma, poderá a paz ser alcançada. O conflito entre Israel e o Hamas na Palestina, iniciado em 2023, apesar de ter registado alguma evolução positiva recentemente, parece estar ainda longe do fim. Entretanto, em 2024, o regime sírio liderado por Bashar al-Assad chegou ao fim. Atualmente, o país encontra-se envolto num contexto de forte incerteza sobre o rumo que o processo de estabilização social venha a tomar num futuro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

próximo. Por fim, e não menos relevante, Donald Trump assume a presidência dos EUA. As mudanças substanciais na política económica e na política de negócios estrangeiros do país geraram perplexidade global. As "eternas" parcerias internacionais foram colocadas em xeque, sobretudo através da introdução de barreiras alfandegárias a produtos provenientes de vários países, com destaque para os vizinhos México e Canadá. A ameaça de intensificação destas medidas gerou um clima de expectativa, apreensão e desconfiança a nível global. Parece estar a delinear-se uma nova ordem mundial, com a China, os EUA e a Rússia como principais intervenientes. A Europa, onde nos inserimos, parece querer definir a sua posição de forma contundente, fazendo jus ao seu passado histórico monumental. Os mercados acionistas começam a demonstrar sinais claros de que as medidas implementadas poderão resultar num abrandamento da atividade económica e do crescimento. Neste contexto, a evolução das taxas de juro permanece incerta.

No caso da VICTORIA, o ambiente de incerteza poderá implicar alguma volatilidade no preço

dos ativos financeiros detidos. A incerteza em torno do ritmo de crescimento económico, bem como sobre a evolução do nível de preços, torna a atividade da companhia mais desafiante, sendo expectável que as linhas de negócio mais sensíveis à atividade económica apresentem indicadores de crescimento mais incertos. Neste contexto, manter uma disciplina financeira rigorosa e apertada constitui um desafio adicional. Atualmente, a empresa considera que os ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, permanecem relevantes e continuam a ser viáveis.

A temática das Finanças Sustentáveis continuará a ser uma prioridade para o exercício, durante o qual serão implementadas um conjunto de iniciativas que visam materializar a estratégia de longo prazo do Conselho de Administração.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa..

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash

flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através ganhos e perdas

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES

IX.I ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.II NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas

contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2023 incluem requisitos de divulgação adicional de informação qualitativa e quantitativa sobre acordos de financiamento de fornecedores.

Os impactos da aplicação pela primeira vez das normas acima descritas podem ser analisados

na nota **Transição e respetivos impactos** deste anexo.

IX. III NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
-----------------------	---	--

Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – <i>Lack of exchangeability</i>	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.
--	----------	--

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não

se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

IX.IV NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não

se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	1-jan-26	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui <i>guidance</i> e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	1-jan-26	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	1-jan-27 Esta norma substitui a norma IAS 1, inclui requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras para as entidades que reportam de acordo com IFRS.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1-jan-27 Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (*Empresa*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas

(“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Selicomí, Lda		4.675.857			4.675.857		4.675.857		
	sub-total		4.675.857			4.675.857		4.675.857		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		4.675.857			4.675.857		4.675.857		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total		4.675.857			4.675.857		4.675.857		
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		10.000	99,87		9.987	100,26	10.026	61	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		40.000	99,45		39.780	100,94	40.374	514	2,875%
zPTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.150.000	99,87		2.147.229	99,87	2.147.229	13.040	2,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
zPTOTETO0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	99,56		3.036.633	99,56	3.036.633	39.159	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		980.000	98,59		966.182	100,26	982.558	5.944	2,875%
PTOTETO0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		570.000	96,25		548.625	100,94	575.330	7.318	2,875%
	sub-total		6.800.000			6.748.436		6.792.149	66.035	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	0	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	0	
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	0	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	0	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	0	
913012886001	SOMECE 92/97		150	-		-	-	-	0	
913012886002	SOMECE 94/99		349	-		-	-	-	0	
	sub-total		1.222			-		-	0	
	sub-total		6.801.222			6.748.436		6.792.149	66.035	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total		0			-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total		0			-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total									
	2.1.2.4 - Outros							9.743		
	FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHADOR							9.743	0	
	sub-total		0	-		-		9.743	0	
	sub-total		0	-		-		9.743	0	
	total		0	6.801.222		6.748.436		6.801.893	66.035	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,34		2.142	0,28	1.758	0	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		400.000	95,82		383.277	96,30	385.184	99	0,250%
FR001400BKZ3	FRANCE O.A.T. 21/32		600.000	93,06		558.338	92,91	557.484	1.184	2,000%
FR0013154044	FRANCE O.A.T. TF 15/36		4.800.000	82,08		3.940.012	80,91	3.883.824	35.836	1,250%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		400.000	99,17		396.678	94,44	377.756	1.808	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		900.000	90,03		810.231	87,95	791.559	0	0,000%
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		3.200.000	84,12		2.691.728	82,22	2.630.880	0	0,000%
FR001400QMF9	FRANCE O.A.T. TF 23/34		5.140.000	99,21		5.099.498	98,36	5.055.704	15.209	3,000%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	102,35		378.684	98,95	366.119	5.575	2,500%
FR0128537174	FRENCH T - BILL 24/25 (CUP ZERO)		100.000	99,93		99.931	99,95	99.952	0	0,000%
FR0128227792	FRENCH T-BILL 24/25 (CUP ZERO)		150.000	99,98		149.971	99,98	149.976	0	0,000%
FR0128537208	FRENCH T-BILL 24/25(CUP ZERO)		190.000	98,84		187.798	99,49	189.027	0	0,000%
FR0128227800	FRENCH T-BILL 24/25(CUP_ZERO)		2.050.000	99,74		2.044.745	99,79	2.045.777	0	0,000%
FR0128537216	FRENCH T-BILL TF24/25(CUP_ZERO)		100.000	99,17		99.166	99,29	99.289	0	0,000%
FR0128379502	FRENCH T-BILL24/25(CUP ZERO)		250.000	98,43		246.063	98,88	247.188	0	0,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0128690684	FRENCH TBILL 24/25(CUP ZERO)		160.000	99,08		158.530	99,11	158.574	0	0,000%
FR0128690627	FRENCH T -BILL24/25(CUP ZERO)		2.440.000	99,81		2.435.429	99,84	2.436.169	0	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		20.000	95,60		19.120	96,30	19.259	5	0,250%
FR0013154044	FRANCE O.A.T. TF 15/36		100.000	81,12		81.121	80,91	80.913	747	1,250%
FR001400QMF9	FRANCE O.A.T. TF 23/34		220.000	99,52		218.934	98,36	216.392	651	3,000%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	98,95	49.476	753	2,500%
FR0128537174	FRENCH T - BILL 24/25 (CUP ZERO)		800.000	99,29		794.353	99,95	799.616	0	0,000%
FR0128537208	FRENCH T-BILL 24/25(CUP ZERO)		360.000	98,24		353.673	99,49	358.157	0	0,000%
FR0128227800	FRENCH T-BILL 24/25(CUP_ZERO)		50.000	99,25		49.623	99,79	49.897	0	0,000%
FR0128537216	FRENCH T-BILL TF24/25(CUP ZERO)		500.000	98,37		491.857	99,29	496.445	0	0,000%
FR0128690684	FRENCH TBILL 24/25(CUP ZERO)		130.000	98,99		128.693	99,11	128.842	0	0,000%
FR0128690627	FRENCH T -BILL24/25(CUP ZERO)		860.000	99,24		853.429	99,84	858.650	0	0,000%
FR0128227792	FRENCH T-BILL 24/25 (CUP ZERO)		50.000	97,77		48.886	99,98	49.992	0	0,000%
FR0128379502	FRENCH T-BILL24/25(CUP ZERO)		1.170.000	96,77		1.132.240	98,88	1.156.838	0	0,000%
	sub-total		26.190.000			23.907.238		23.740.695	61.866	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0014007RB1	CAISSE D'AMORT DETTE SOC TF 22/32		300.000	99,90		299.690	84,17	252.516	1.280	0,450%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		2.100.000	99,55		2.090.544	101,32	2.127.804	6.214	3,000%
EU000A2SCADO	EFSE TF 22/25		600.000	99,63		597.760	99,20	595.218	395	1,500%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		500.000	99,90		499.496	97,36	486.800	4.760	1,250%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		200.000	99,24		198.472	101,32	202.648	592	3,000%
EU000A2SCADO	EFSE TF 22/25		50.000	98,74		49.372	99,20	49.602	33	1,500%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		100.000	99,57		99.571	97,36	97.360	952	1,250%
	sub-total		3.850.000			3.834.906		3.811.948	14.225	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS2637963146	ABN AMRO BANK NV TF 23/26		1.600.000	99,85		1.597.592	102,22	1.635.568	1.699	3,875%
FR001400DCB7	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 22/33		700.000	99,52		696.644	101,62	711.368	20.751	3,500%
FR0014001822	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 23/33		1.100.000	99,42		1.093.583	100,56	1.106.127	22.377	3,375%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,98		99.983	99,28	99.278	723	1,250%
FR0013505559	AIR LIQUIDE FINANCE TF 20/25		200.000	99,99		199.987	99,46	198.928	1.496	1,000%
XS2444281260	ALFA LAVAL TREASURY TF 22/26		300.000	99,89		299.683	97,81	293.433	2.274	0,875%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		600.000	99,95		599.675	98,26	589.530	2.564	1,500%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		2.900.000	99,83		2.894.978	101,32	2.938.280	31.781	4,000%
XS2575952424	BANCO SANTANDER TF 23/26		2.000.000	99,84		1.996.861	101,16	2.023.240	71.721	3,750%
XS2634826031	BANCO SANTANDER TF 23/30		1.500.000	99,90		1.498.482	105,64	1.584.615	35.281	4,250%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		700.000	91,17		638.202	93,82	656.747	9.766	1,750%
FR0014009A50	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/25		200.000	99,99		199.981	99,14	198.288	1.216	1,000%
FR0014007PV3	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/27		700.000	96,01		672.068	93,38	653.653	503	0,625%
FR001400KO38	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 23/30		1.600.000	103,62		1.657.854	104,46	1.671.344	18.805	4,125%
FR001400N6I8	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 24/34		400.000	99,33		397.311	101,36	405.440	14.303	3,750%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		1.600.000	99,63		1.594.116	99,43	1.590.928	131	0,010%
XS2447561403	BMW FINANCE TF 22/25		1.300.000	99,80		1.297.356	99,59	1.294.670	5.559	0,500%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		400.000	99,89		399.553	98,94	395.740	1.151	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		400.000	99,19		396.773	99,08	396.312	7.966	2,125%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		900.000	85,12		766.072	89,54	805.833	3.733	0,875%
XS1419646317	BNP PARIBAS TF 16/28		2.100.000	93,97		1.973.369	96,11	2.018.226	18.917	1,500%
FR00140014X9	BNP PARIBAS TF 23/33		200.000	99,24		198.482	105,37	210.740	4.995	4,125%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		1.700.000	96,78		1.645.344	97,31	1.654.321	4.076	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		500.000	97,35		486.771	97,28	486.410	1.706	0,375%
FR0014009YD9	BPCE SA TF 22/27		900.000	96,09		864.844	97,41	876.672	10.745	1,750%
FR001400HAC0	BPCE SA TF 23/26		200.000	99,83		199.661	100,92	201.844	5.125	3,625%
FR0012682060	BPI FRANCE SACA TF 15/25		1.000.000	99,83		998.329	99,12	991.200	3.014	0,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	uros Acruado	Taxa de Juro
FR001400FKA7	BPI FRANCE SACA TF 23/29		2.300.000	97,20		2.235.619	100,10	2.302.300	6.522	2,875%
FR001400IV17	BPI FRANCE SACA TF 23/33		300.000	100,31		300.916	99,48	298.425	5.651	3,125%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	99,96		99.962	97,86	97.857	582	1,200%
FR0013460607	BUREAU VERITAS SA TF 19/27		600.000	96,22		577.308	96,91	581.460	6.418	1,125%
XS2434702424	CAIXABANK SA 22/28		1.800.000	92,03		1.656.469	95,75	1.723.464	10.605	0,625%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		500.000	100,00		500.000	98,76	493.805	293	0,107%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		1.400.000	89,03		1.246.411	89,49	1.252.916	587	0,300%
XS2895051212	COMPASS GROUP PLC TF 24/33		600.000	99,26		595.550	99,83	598.986	5.663	3,250%
XS2712746960	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/26		100.000	100,00		99.997	102,33	102.332	622	3,913%
XS2613658041	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/29		2.300.000	100,04		2.300.890	103,86	2.388.711	66.684	4,233%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		2.500.000	91,85		2.296.181	95,31	2.382.675	15.113	0,625%
FR001400N2M9	CREDIT AGRICOLE SA TF 24/34		1.100.000	99,53		1.094.776	101,92	1.121.076	38.770	3,750%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	99,98		299.953	100,08	300.237	5.690	3,250%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,98		799.820	98,87	790.952	904	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		1.900.000	94,19		1.789.684	95,98	1.823.544	729	1,000%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		700.000	99,86		699.018	97,66	683.648	832	0,125%
BE0002596741	EUA SYSTEM OP TF 18/28		800.000	95,62		764.936	95,37	762.960	3.847	1,500%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		900.000	95,12		856.098	96,39	867.510	12.039	1,750%
XS2066706909	ENEL FINANCE NV TF 19/27		100.000	91,04		91.038	94,52	94.524	202	0,375%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,92		99.922	98,79	98.788	1.365	1,500%
XS1551068676	ENI SPA TF 17/27		100.000	102,41		102.415	97,82	97.823	1.430	1,500%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		400.000	82,69		330.747	91,00	364.016	2.400	1,000%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		500.000	92,94		464.693	93,65	468.255	175	0,375%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.700.000	90,30		1.535.175	83,99	1.427.762	17.920	2,250%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	92,76		278.268	96,13	288.378	768	2,750%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,85		224.673	98,92	222.570	4.363	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	96,63		1.352.762	97,43	1.364.006	4.219	1,000%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,95		299.838	99,54	298.614	3.005	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,98		199.970	99,61	199.218	2.458	1,625%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.200.000	99,87		1.198.384	99,80	1.197.648	9.611	0,875%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,96		199.922	95,89	191.788	906	2,625%
XS2697483118	ING BANK NV TF 23/26		400.000	99,93		399.732	102,45	409.788	4.069	4,125%
XS2673808726	INTESA SANPAOLO SPA TF 23/31		700.000	99,36		695.548	110,31	772.149	12.188	5,125%
XS2856698126	JOHN DEERE CAPITAL CORP TF 24/32		2.000.000	99,73		1.994.596	102,38	2.047.560	31.759	3,450%
XS2461234622	JP MORGAN 22/30		300.000	90,87		272.610	95,66	286.986	4.566	1,963%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		1.100.000	93,78		1.031.627	97,14	1.068.529	2.298	0,250%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	99,97		299.905	99,33	297.981	1.366	0,625%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		1.000.000	91,89		918.917	95,61	956.110	8.907	1,000%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	97,10		2.039.152	98,53	2.069.151	35.384	3,000%
FR001400HOZ2	LA BANQUE POSTALE TF 23/28		900.000	99,92		899.325	103,18	928.638	23.868	4,000%
FR001400NU45	LA BANQUE POSTALE TF 24/30		900.000	99,46		895.139	101,10	909.873	17.347	3,500%
FR0014001R34	LA BANQUE POSTALE TF 21/32		1.300.000	87,87		1.142.271	93,19	1.211.496	4.034	0,750%
FR0014009EJ8	L' OREAL SA TF 22/26		700.000	95,32		667.212	97,54	682.808	3.104	0,875%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		1.100.000	95,61		1.051.759	96,30	1.059.245	8.288	1,000%
FR0013506508	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 20/25		800.000	99,98		799.874	99,40	795.232	4.405	0,750%
FR001400HJE7	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 23/25		100.000	99,97		99.973	100,47	100.473	657	3,375%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		1.870.000	95,81		1.791.582	96,68	1.807.953	12.418	0,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			Taxa de Juro
			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,87		199.750	98,31	196.620	1.689	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		300.000	99,82		299.474	97,12	291.360	1.393	1,500%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		400.000	99,93		399.739	97,11	388.440	7.672	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		500.000	99,99		499.931	99,75	498.745	7.836	2,000%
XS2802891833	PORSCHE AUTO HOLDING SE TF 24/29		1.600.000	99,17		1.586.797	99,67	1.594.640	15.616	3,750%
BED002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	99,90		199.805	99,29	198.576	935	1,875%
FR0014007KLS	RCI BANQUE SA TF 22/25		100.000	99,94		99.938	98,63	98.626	233	0,500%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		2.300.000	97,62		2.245.173	98,11	2.256.576	17.644	1,000%
FR0014005Z78	RTE RESEAU DE TRANSPORT TF 24/36		100.000	99,38		99.382	99,51	99.514	863	3,500%
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		800.000	96,23		769.880	96,96	775.680	795	0,125%
FR0014002G36	SAFRAN SA TF 21/31		200.000	84,36		168.719	87,08	174.160	1.188	0,750%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	95,49		381.959	91,77	367.088	493	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,89		299.666	98,76	296.283	4.469	1,875%
FR0013505104	SANOFI TF 20/25		700.000	99,99		699.895	99,49	696.451	5.255	1,000%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		500.000	99,97		499.846	98,13	490.650	4.014	1,000%
FR001400A4J6	SFL SA TF 22/32		300.000	87,69		263.059	89,36	268.074	3.711	1,500%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		450.000	99,92		449.621	95,57	430.070	2.654	0,875%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		1.200.000	99,91		1.198.934	99,86	1.198.332	12.652	1,125%
FR001400KZP3	SOCIETE GENERALE TF 23/26		1.800.000	99,92		1.798.487	102,30	1.841.436	19.701	4,250%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		1.000.000	96,59		965.910	93,78	937.780	4.575	1,000%
XS2827697272	SWISSCOM FINANCE TF 24/36		300.000	98,91		296.740	101,65	304.953	953	3,625%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		600.000	82,77		496.610	90,88	545.250	863	1,750%
FR0013346822	TELEPERFORMANCE TF 18/25		100.000	100,66		100.658	99,28	99.278	935	1,875%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		400.000	90,77		363.076	86,91	347.656	1.007	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		600.000	92,83		556.978	92,20	553.224	3.156	0,625%
FR0013537305	THALES SA TF 20/26		700.000	97,01		679.096	96,36	674.485	0	0,000%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		100.000	99,91		99.913	94,60	94.596	230	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,94		299.819	100,16	300.471	992	2,875%
XS2937308737	TOTAL ENERGIES SE 4.5 PERP		200.000	100,02		200.041	101,67	203.344	1.036	4,500%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	99,99		399.959	99,75	398.992	3.175	3,369%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.600.000	91,99		1.471.761	92,67	1.482.784	307	0,125%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		2.200.000	94,88		2.087.300	97,70	2.149.334	874	0,250%
BED002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	87,19		348.750	93,24	372.956	3.025	1,000%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		600.000	97,85		587.090	97,94	587.634	3.775	0,750%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		500.000	99,97		499.864	98,85	494.255	1.834	0,875%
XS2147133578	UNILEVER NV TF 20/30		400.000	99,78		399.139	95,13	380.536	5.389	1,750%
FR0014005G71	VEOLIA ENVIRONMENT SA TF 24/34		400.000	99,99		399.944	100,36	401.452	4.422	3,571%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		500.000	96,85		484.248	97,06	485.280	7.089	1,875%
XS2343822842	VW LEASING GMBH TF 21/26		600.000	94,66		567.952	96,10	576.600	1.011	0,375%
XS2637963146	ABN AMRO BANK NV TF 23/26		300.000	99,75		299.256	102,22	306.669	318	3,875%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		300.000	99,64		298.923	101,32	303.960	3.288	4,000%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		300.000	99,30		297.906	93,82	281.463	4.186	1,750%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		100.000	99,81		99.812	99,43	99.433	8	0,010%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,81		199.612	98,94	197.870	575	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		300.000	99,28		297.846	99,08	297.234	5.974	2,125%
FR0014007LKS	BNP PARIBAS 22/30		100.000	99,12		99.117	89,54	89.537	415	0,875%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		100.000	99,66		99.656	97,31	97.313	240	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		300.000	99,64		298.908	97,28	291.846	1.024	0,375%
FR0012682060	BPI FRANCE SACA TF 15/25		300.000	98,74		296.220	99,12	297.360	904	0,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruado	Taxa de Juro
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		100.000	99,70		99.701	89,49	89.494	42	0,300%
XS2550081454	COOPERATIVE RABOBANK UA TF 22/28		100.000	99,75		99.748	103,44	103.442	4.284	4,625%
XS2712746960	COOPERATIVE RABOBANK UA TF 23/26		100.000	100,00		100.000	102,33	102.332	622	3,913%
XS2613658041	COOPERATIVE RABOBANK UA TF 23/29		300.000	100,00		300.000	103,86	311.571	8.698	4,233%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		300.000	100,00		299.985	95,31	285.921	1.814	0,625%
FR001400N2M9	CREDIT AGRICOLE SA TF 24/34		100.000	99,48		99.481	101,92	101.916	3.525	3,750%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.932	100,08	200.158	3.793	3,250%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		100.000	104,77		104.765	98,87	98.869	113	1,375%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		100.000	99,47		99.467	97,66	97.664	119	0,125%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		200.000	99,05		198.106	93,65	187.302	70	0,375%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		100.000	99,82		99.822	83,99	83.986	1.054	2,250%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		500.000	99,40		496.985	99,80	499.020	4.004	0,875%
XS2856698126	JOHN DEERE CAPITAL CORP TF 24/32		100.000	99,73		99.732	102,38	102.378	1.588	3,450%
FR001400HX73	L' OREAL SA TF 23/25		100.000	99,80		99.796	100,00	100.004	1.935	3,125%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		300.000	99,73		299.199	95,61	286.833	2.672	1,000%
FR001400HOZ2	LA BANQUE POSTALE TF 23/28		200.000	99,91		199.822	103,18	206.364	5.304	4,000%
FR001400NU45	LA BANQUE POSTALE TF 24/30		100.000	99,42		99.420	101,10	101.097	1.927	3,500%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		100.000	99,69		99.685	96,30	96.295	753	1,000%
FR001400HJE7	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 23/25		100.000	99,95		99.950	100,47	100.473	657	3,375%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		170.000	99,86		169.769	96,68	164.359	1.129	0,875%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		100.000	99,42		99.419	98,31	98.310	845	1,125%
FR001400S278	RTE RESEAU DE TRANSPORT TF 24/36		100.000	99,38		99.384	99,51	99.514	863	3,500%
FR001400KZP3	SOCIETE GENERALE TF 23/26		200.000	99,88		199.752	102,30	204.604	2.189	4,250%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		100.000	99,35		99.349	92,20	92.204	526	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		300.000	99,71		299.127	94,60	283.788	691	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	99,33		198.662	100,16	200.314	662	2,875%
XS2937308497	TOTAL ENERGIES SE 4.12 PERP		600.000	99,99		599.952	100,97	605.820	2.844	4,120%
XS1195202822	TOTAL S.A TF 15/49		200.000	100,00		200.000	99,45	198.904	4.432	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A TF 16		100.000	100,00		100.000	99,75	99.748	794	3,369%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		300.000	99,86		299.577	97,94	293.817	1.887	0,750%
	sub-total		99.215.000			96.266.918		97.290.322	937.632	
	sub-total		129.255.000			124.009.062		124.842.965	1.013.724	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
US64110Y1082	NET LEASE OFFICE PROPERTY	26			-	-	30,15	784		
		26						784		
	2.2.2.2 - Títulos de participação									

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	70.810			35,70	2.527.917	35,64	2.523.668		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	242			10.477,69	2.535.600	10.510,33	2.543.500		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	232			2.414,66	560.201	2.422,20	561.950		
FR0000989626	GROUPAMA TRESORERIE-IC	11			42.794,84	470.743	42.870,69	471.578		
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	132			11.293,32	1.490.718	11.535,03	1.522.624		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	754			110,75	83.504	114,87	86.614		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	11			59.710,91	656.820	60.081,20	660.893		
FR0000291239	CPR CASH - P	14			23.386,25	327.407	23.604,62	330.465		
FR0014001001	CPR MONETAIRE SR-SI	54			21.186,19	1.144.055	21.387,58	1.154.929		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.750,64	20.751	21.547,54	21.548		
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	1.817			33,59	61.041	35,64	64.758		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	587			36,49	21.418	167,52	98.334		
IE00B6R52259	ISHARES MSCI ACWI	264			74,04	19.547	85,80	22.652		
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	187			147,53	27.547	189,98	35.475		
IE00BLGYN474	MERCER SUSTAINABLE GLOBAL EQ	43.852			116,15	5.093.228	130,59	5.726.672		
IE00B6Z10102	Mercer Low Volatility Equity Fund NOT HEDGE	90			300,17	27.068	394,07	35.536		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	510			41,85	21.332	58,60	29.867		
LU1883861483	AMUNDI FUND US HIGH YIELD	966			14,73	14.232	16,02	15.479		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	31			10.414,18	322.840	10.510,33	325.820		
LU0329592371	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR E	869			16,34	14.195	16,86	14.651		
IE00063UI9P9	CORUM BUTLER ENTREPRISES 2029 FUND	130			100,00	13.000	110,71	14.392		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	2			2.288,46	4.577	2.422,20	4.844		
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	225			107,01	24.077	93,93	21.134		
LU0459992896	JUPITER DYNAMIC BOND FUND DIST	1.890			7,93	14.988	7,68	14.515		
IE00BM957972	MERCER ABS RET FIXED INCOME FUND	71			103,10	7.337	101,76	7.241		
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1	393			108,00	42.445	113,07	44.436		
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2	420			101,13	42.459	103,85	43.599		
IE00B1KQVY57	MGI EURO BOND-M7E	94.522			128,18	12.115.538	129,38	12.229.232		
IE00B86YYZ49	Mercer Global Credit	21.788			108,26	2.358.761	110,50	2.407.619		
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	16			10.903,56	174.457	11.535,03	184.560		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	2.199			132,90	292.224	134,98	296.798		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	10			107,62	1.076	114,87	1.149		
FR0000293698	BTP TRESORERIE ACT - C -	3			10.827,90	32.484	11.537,96	34.614		
PTMNSKHE0012	LYNX DISCOVERY FUND	19.353			4,68	90.500	5,63	108.932		
	sub-total	262.456				30.654.087		31.660.079		
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total									
	total	262.456	129.255.000			154.663.149		156.503.828	1.013.724	
	3 - TOTAL GERAL	262.482	140.732.079			166.087.442		167.981.577	1.079.759	



3. Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 226.547.403 euros e um total de capital próprio de 33.827.598 euros, incluindo um resultado líquido de 2.989.039 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



PA

“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração dos passivos de contratos de seguros dos ramos vida (Notas III, 14)

<p>As responsabilidades com contratos de seguro dos ramos vida registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 ascendem a 130.290.830 euros, conforme detalhadas na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo determinadas conforme descrito nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo.</p> <p>A determinação destas responsabilidades requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir (taxas de desconto, taxa de inflação, expectativa de concretização dos sinistros), estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza.</p> <p>Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas dos passivos de contratos de seguro registados para cada portefólio, e conseqüentemente no montante apurado das responsabilidades a registar pela Companhia.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento do processo de apuramento e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos vida, e do respetivo ambiente de controlo interno implementado pela Companhia neste âmbito; • Análise da razoabilidade da aplicação dos requisitos da norma <i>IFRS 17 – Insurance Contracts</i>, nomeadamente ao nível das políticas contabilísticas utilizadas, dos critérios de agregação de contratos, dos modelos de mensuração aplicados e das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Companhia para o cálculo das responsabilidades; • Análise da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com referência ao final do exercício; • Análise da metodologia e dos dados utilizados pela Companhia na determinação dos principais pressupostos a considerar no apuramento das responsabilidades; • Teste ao montante das responsabilidades apuradas pela Companhia para os portefólios mais significativos; • Leitura do relatório atuarial interno, preparado pela Companhia, e análise dos resultados e conclusões apresentados relativamente à mensuração dos passivos de contratos de seguro registados pela Companhia;
---	--

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração dos passivos de contratos de seguros dos ramos vida (Notas III, 14) (cont.)

<p>Por outro lado, as estimativas de responsabilidades dependem de informação sobre o volume, montante e padrão atual e histórico de pagamentos de indemnizações, que é utilizada para formar expectativas relativamente a indemnizações futuras. Caso a informação utilizada para o cálculo das responsabilidades ou para a definição dos principais pressupostos não seja adequada, o montante das responsabilidades reconhecidas pela Companhia pode ser afetado por distorções materiais.</p> <p>Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das responsabilidades registadas pela Companhia, e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a sua determinação podem ter impactos relevantes no apuramento dos passivos de contratos de seguro, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a mensuração dos passivos de contratos de seguro foi definida como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	---

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

PA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

PA

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2022, para concluir o mandato compreendido entre 2020 e 2022. Na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de abril de 2023 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2025;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 7 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A
12

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), relativos ao ano de 2024, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2024, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- Participou em reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, através nas quais acompanhou a atividade da Companhia, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis tendo obtido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Companhia informações e os esclarecimentos solicitados;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da qual obteve os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisou o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com a qual concordou e dá aqui como integralmente reproduzida;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Finalmente, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído

2. PARECER

Face ao exposto, tendo em consideração o trabalho realizado, e após considerada a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- a. Aprove o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e,
- b. Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- c. Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da Companhia.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 08 de abril de 2025

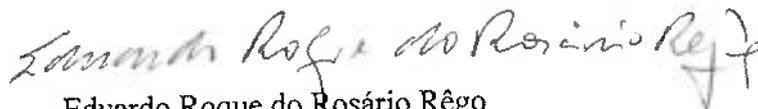
O CONSELHO FISCAL



João de Lara Everard
Presidente



Célia Maria Pedro Custódio
Vogal



Eduardo Roque do Rosário Rêgo
Vogal

4. Anexos

Participação nos Resultados - Ramo Vida

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2024	Participação nos resultados a atribuir em 2025	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>
Capital adicional				
F1 e F4	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	0%	0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0%	0%	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte <i>Aumento do capital ou renda segura</i>
Desconto no Prémio				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. <i>desconto no prémio</i>

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2024	Participação nos resultados a atribuir em 2025	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO DE GRUPO				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	Variável de acordo com a variante do produto	Variável de acordo com a variante do produto	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>

Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida

Produto	Situação da carteira	Tipo de taxa garantida	Taxa Juro 2024
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	2,29%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%
VICTORIA Garantia Rendimento	Fechada	Indexada à Euribor	1,17%
PPR Garantia Valor	Fechada	Indexada à Euribor	2,24%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	Entre 0,25% e 2% de acordo com a variante
PPR Novo Valor	Fechada	Fixa	3,50%
Investimento Seguro	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
Investimento Programado	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
Confiança PPR	Fechada	Fixada anualmente	0,10%
LifePlan Moderado	Aberta	Sem garantia de taxa	1,70%
LifePlan Dinâmico	Aberta	Sem garantia de taxa	5,85%
LifePlan Enérgico	Aberta	Sem garantia de taxa	12,78%
PPR Ações Maximização	Aberta	Sem garantia de taxa	7,11%